

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CECÍLIA GONÇALVES GOBBIS

*Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e
temática indígena*

GUARULHOS
2019

CECÍLIA GONÇALVES GOBBIS

Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e temática indígena

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal
de São Paulo como requisito parcial
para obtenção do grau em Bacharel
em História.

Orientador: José Carlos Vilardaga

GUARULHOS
2019

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Gobbis, Cecília Gonçalves

Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e temática indígena / Cecília Gonçalves Gobbis. – Guarulhos, 2019 f.65

Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) –Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: José Carlos Vilardaga.

Título em inglês: Cusco and Upper Peru Rebellions (1780-1783): historiography, gender and indigenous thematic

1. América Colonial 2. Gênero 3. História Indígena I. Vilardaga, José Carlos. II. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019. III. Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e temática indígena.

CECÍLIA GONÇALVES GOBBIS

Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): historiografia, gênero e temática indígena

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal
de São Paulo como requisito parcial
para obtenção do grau em Bacharel
em História.

Orientador: José Carlos Vilardaga

Aprovada em: 05 de dezembro de 2019.

Profª Patrícia Teixeira Santos
Universidade Federal de São Paulo

Profª Fábio Franzini
Universidade Federal de São Paulo

GUARULHOS
2019

Ao Joaquim pelo sol de primavera.

Às mulheres da minha vida que vieram antes: Ana e Eunice.

AGRADECIMENTOS

A realização de um sonho e só uma parte da caminhada regada de inspiração e admiração àqueles que ensinam que a vida é de luta, de agradecimento, de solidariedade e amor. Minha mãe Cristiane e meu pai Alexandre, minha mãe Jade e meu pai Sérgio, sempre mostrando como traçar a vida com a profunda certeza de seus ideais e sem se encaixar em padrões preestabelecidos.

Agradeço aos amigos que foram meus companheiros em diversas fases desse curso, as diversas conversas à mesa do R.U., os trabalhos em grupo e correrias para fechar os semestres. Fernanda, Virgínia, Tamires, Fábio e Pedro, obrigada!

Aos professores incríveis que marcaram a minha vida e, fizeram com que eu soubesse o que estava fazendo ali, nas carteiras da Unifesp Pimentas. Especialmente ao orientador, que desde 2015 incentivou e possibilitou a chegada neste trabalho, que foi difícil de sair, teve muitas etapas e aqui está! Obrigada, professor!

E, por fim, à família que esta universidade uniu, Joaquim e Sophia, agradeço a nossa parceria. Amo vocês!

A nosotros nos pesan las muertes de nuestra gente.

Hablamos desde nuestras propias lenguas y ahora escribimos con la lengua del conquistador para que Ud nos lea. Si quiere se lo decimos en mapuzungun, en chané, en chorote, en wichí, en pilagá, en guaraní, en quechua, en aymara, en qom, en mocoy y también se lo diremos en nuestros sueños.

(JALLALA- MARICHIWEW, 2019)

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a atuação das mulheres nas rebeliões indígenas do Alto Peru e de Cusco, ambas no Vice-Reinado do Peru, que marcaram a região no final do século XVIII, a fim de contribuir com os debates sobre a história das mulheres na América colonial espanhola do século XVIII, amparada pelas questões de gênero, bem como pela História indígena e das questões étnico-raciais. Para estabelecer esta relação com a história, o trabalho de pesquisa se voltou ao estudo de produções biográficas e historiográficas referenciais sobre as rebeliões e suas personagens, que se dividem em contextos e tendências historiográficas distintas e que diferem em sua natureza e intenção. Neste sentido, pretende-se indagar de que forma os papéis atribuídos a essas mulheres indígenas, estiveram atrelados, ou não, a determinados discursos de gênero e visões tradicionais sobre a mulher e, assim, propor um olhar que veja sua atuação a partir de uma possível análise relacional entre gênero e raça.

PALAVRAS – CHAVE:

América Colonial. História das Mulheres. Alto Peru. Gênero. História Indígena.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the role of women in the indigenous rebellions of Upper Peru and Cusco, both in the Peruvian Viceroyalty, which marked the region in the late 18th century, to contribute to debates on the history of women in America. 18th century Spanish colonial society, supported by gender issues as well as indigenous history and ethno-racial issues. To establish this relationship with history, the research work turned to the study of referential biographical and historiographical productions about the rebellions and their characters, which are divided into distinct historiographical contexts and tendencies that differ in their nature and intention. In this sense, we intend to investigate how the roles attributed to these indigenous women were or were not linked to certain gender discourses and traditional views on women and, thus, to propose a look that sees their performance from a possible relational analysis between gender and race.

KEY WORDS:

Colonial America. Women's History. Upper Peru. Genre. Indigenous history.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REBELIÕES DE CUSCO E ALTO PERU (1780-1783): CONTEXTOS, BIBLIOGRAFIA E CONCEITOS	15
2.1 América espanhola: domínio e exploração da Coroa espanhola	15
2.2 Movimento X Rebelião: o caminho percorrido e a análise historiográfica	
3. MULHERES E AS REBELIÕES: ATUAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL	30
3.1 A representação das Mulheres do movimento rebelde: discussão entre apagamento e excepcionalidade heroica	33
4. MULHER INDÍGENA NA AMÉRICA COLONIAL: UMA POSSÍVEL ANÁLISE RELACIONAL ENTRE GÊNERO E RAÇA	48
4. 1 A interseccionalidade dos fatores.....	50
5. CONCLUSÃO.....	56
6. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como questão central investigar e analisar a atuação política e os papéis exercidos por líderes femininas nas rebeliões indígenas que marcaram o fim do século XVIII, na região do Alto Peru, território hoje compreendido entre Peru e Bolívia. Esta investigação partirá das produções biográficas e historiográficas sobre as personagens e os levantes, amparada pelos debates sobre história das mulheres e de gênero, bem como história indígena e questões étnicas. Diante da importância que as rebeliões ocupam na construção das memórias e identidades nacionais de Peru e Bolívia, pensar a atuação das mulheres é lançar um olhar que procure as complexidades presentes na sociedade da América Colonial, vendo as ações, papéis, trocas e diálogos, bem como resistências e lutas possíveis. Dessa forma, pretendemos analisar a história da mulher na América espanhola colonial – em especial no século XVIII - e os discursos de gênero que surgem em contrapartida da análise da historiografia tradicional.

De forma mais específica, analisar as atuações e papéis exercidos pelas líderes Micaela Bastidas, Tomasa Tito Comdemayta, Bartolina Sisa, Gregoria Apaza e Cecília Tupac Amaru nos levantes Indígenas de 1780 a 1783, no Alto Peru, através de uma perspectiva relacional entre gênero e raça, e da análise sobre parte da produção historiográfica sobre elas.

O trabalho proposto pretende-se temático, em que, a partir da bibliografia levantada, da análise da historiografia sob a perspectiva de análise relacional entre gênero e raça, tem-se o debate e as discussões historiográficas. Lançamos à bibliografia, então, um olhar que procure na atuação daquelas mulheres o comum como papel histórico. Um *comum complexo* que revele as facetas que compunham a mulher indígena na sociedade colonial da América espanhola. Olhar este que parte da problemática estabelecida pela historiografia sobre a mulher da América colonial, uma vez que identifica determinadas formas tradicionais de concebê-la e que estão presentes na produção historiográfica de forma geral.

Deste ponto, partimos para pensar a historiografia referencial usada aqui, sobre a qual versará o debate crítico que se propõe. Como parte específica sobre

as rebeliões, levantamos uma bibliografia dividida em alguns momentos de produção. Por serem ao mesmo tempo biografia e fontes para esta pesquisa, é fundamental entender seus contextos de produção e inseri-los no campo da historiografia latino-americana e sobre a América Latina e suas questões. E, assim, procurar entender de que forma os autores se apropriaram das rebeliões, no sentido do que se propuseram defender ao revisitar e pensar esta história. Sendo assim, dividimos esta historiografia em três fases.

Na década de 1940, a obra *Tupac Amaru el precursor de la Independencia*, de 1947, de Carlos Daniel Valcarcel, inserida em um contexto na historiografia indigenista e que propõe a Rebelião de Tupac Amaru como a maior insurreição do século XVIII, que tem seu expoente indígena, mas teria ultrapassado todas as classes, evidenciando o início do processo de emancipação que culminaria na independência no século XIX. Neste livro se dedica a apresentar o contexto da Rebelião e toda a sua elaboração, identificando seus grandes atores. De autoria de Jorge Cornejo Bouroncle, a obra *Sangre Andina: Diez Mujeres cuzqueñas*, publicada em 1949, parte da necessidade de produzir um material de divulgação a diferentes camadas da população, sobre personagens desconhecidas ou pouco divulgadas, e que no seu entendimento representam grande relevância na construção da identidade nacional e da memória peruana.

Para década de 1960 e 70, *La Rebelion de Tupac Amaru y los Orígenes de la emancipación Americana*, publicada em 1957 pelo historiador polonês Boleslao Lewin, No livro, Lewin está preocupado em entender como a emancipação americana se relaciona com o colonialismo europeu e a formação da nação. Neste sentido, demarcar a sociedade americana por classes - olhando para os indígenas como uma classe atuante é de suma importância – e ressaltar a união destas como necessária para a emancipação, se faz presente nesta obra. Isso pode ser visto na organização no livro, no qual associa à rebelião indígena atores de outras origens, como *criollos* e padres, assim como outro evento liderado por *criollos*, ocorrido em 1781, na região de Oruro. Lewin se propõe a estabelecer ali um amplo estudo sobre a Rebelião que considera grandiosa e como um dos movimentos sociais mais significativos da história do “continente”. Como pudemos notar, o historiador pensa em uma história

universal, com acontecimentos conectados, em que o lugar de importância do continente americano é reivindicado. Parece, portanto, se atrelar a uma tendência nacionalista ainda de cunho indigenista, mas com influência marxista. Para Boleslao Lewin, a Rebelião de Tupac Amaru está ligada aos ideais libertários que trouxeram a independência do Peru. Com este livro, pretendeu retomar amplamente a Rebelião e, assim, configurará-la como parte importante da história nacional e, de uma forma expandida, da história americana.

Tupac Amaru el precursor de la Independencia, de Carlos Daniel Valcárcel, publicado em 1977, propõe a visão da Rebelião de Tupac Amaru como catalizadora dos movimentos rebeldes que deram a Independência ao Peru, tomando a figura de José Gabriel Tupac Amaru como grande líder e representante da luta independentista. Assim, associa a Rebelião como precursora da emancipação e, posteriormente, da Independência. Como emancipação, define que o movimento impulsionou a liberdade para alguns – define *criollos y mestizos* - em um primeiro momento e, na medida que os ideais de justiça social e liberdade avançam nas movimentações posteriores e, culminam na Independência – como liberdade para todos. O que chama a atenção é que esta obra parte de um concurso convocado pela OEA para o aniversário de independência peruana. Este contexto propõe pensar o que fez desta obra escolhida como vencedora. Partindo deste ponto, o objetivo do livro parece então tratar de uma unidade nacional figurada por um herói da independência e da liberdade. Além disso, não se propõe um estudo amplo, com divulgação de fontes e o direcionamento a um público específico, disposto a recebê-lo criticamente, mas, sim, um texto de divulgação a um público geral com interesse no tema.

Já para a década de 1980 e 90, escolhemos *Mujeres peruanas, El otro lado de la historia* de Sara Beatriz Guardia, em um contexto posterior. Guardia é escritora e jornalista peruana, e traz em sua produção a valorização do papel da mulher na história. Busca contribuir com um estudo geral sobre a história das mulheres peruanas e o feminismo peruano, com um amplo estudo sobre a presença e atuação da mulher na história do país. No capítulo analisado, *La lucha por la Independencia*, Guardia busca reivindicar o lugar da mulher como heroína nacional na conquista da Independência e, assim reconhecer a sua

importância naquele contexto. A sua intenção é reconhecer a mulher como sujeito histórico no processo, já que este lugar até então era reservado aos homens. Para tanto, Guardia se volta às revoltas indígenas do século XVIII como fundadoras do processo que levou a emancipação peruana.

No que diz respeito a produção atual, *The Tupac Amaru Rebellion* foi publicado em 2014, por Charles Walker – historiador estadunidense - com o intuito de escrever uma história narrativa direcionada a população geral interessada no tema, que trouxesse uma visão global da Rebelião, a partir de um estudo mais aprofundado nas fontes e de uma visão que dialogue com os debates historiográficos atuais. Além disso, *Un siglo de rebeliones anticoloniales: Perú y Bolívia, 1700 –1783*, da historiadora Scarlett O'Phelan Godoy nos dá grandes aportes de uma reflexão contemporânea acerca das rebeliões.

As obras selecionadas aqui diferem em sua forma, sentidos e intenções e, cada uma está ligada há um período e tendência historiográfica. Junto a isso, cada obra possui grande relevância, pois tem seus autores como referências sobre o tema. Para analisa-las, dividimos este trabalho em três capítulos, estruturados como se segue.

No primeiro capítulo, “Rebeliões de Cusco e Alto Peru (1780-1783): contextos, bibliografia e conceitos”, procuramos traçar o contexto social da região, destacando a estratificação e constituição da população, bem como, as formas de exercício de poder e as possíveis ações que motivaram as rebeliões. O debate bibliográfico, além dos textos citados acima, é composto pelos textos de Serj Serulnikov, Alberto Flores Galindo, entre outros, com apontamentos sobre as diferentes interpretações sobre os caminhos das rebeliões e os fatores que as compõem. Além disso, apresentamos o debate acerca dos conceitos para definir o período, quais as perspectivas com as quais podemos trabalhar hoje, tendo em vista os temas de gênero, raça e classe.

Já no segundo capítulo, “Mulheres e as rebeliões: atuação política e resistência anticolonial”, por meio da bibliografia levantada sobre História das Mulheres na América Colonial - com Asunción Lavrin, Alícia Poderti, María Diez Martins, Fernando Astete e outros – e sobre a questão do discurso e da identidade de gênero, foi possível construir um panorama sobre a mulher e seu

lugar na sociedade colonial, a problematização deste espaço e as possibilidades de interpretação e abordagens, diante do apagamento e/ ou subjugação sistemática na escrita da História.

Por fim, no capítulo “Mulher indígena na América colonial: uma possível análise relacional entre gênero e raça” há, em primeiro lugar a discussão teórica sobre abordagem inteseccional e os autores utilizados para esta discussão. Em um segundo momento, é feito um esboço desta possível análise, a partir da bibliografia analisada no capítulo que o precede.

2. REBELIÕES DE CUSCO E ALTO PERU (1780-1783): CONTEXTOS, BIBLIOGRAFIA E CONCEITOS

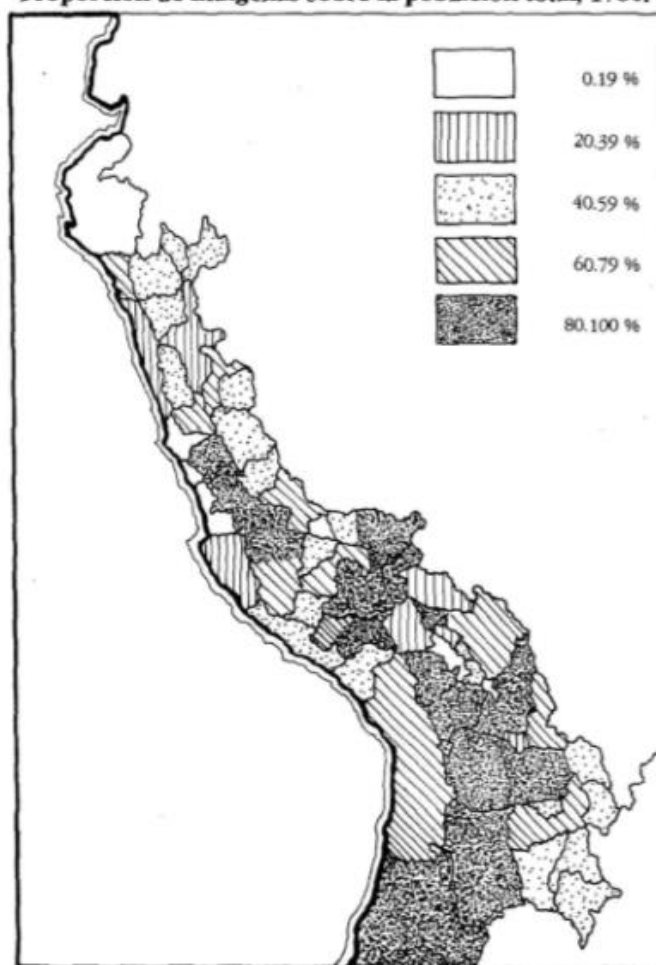
Este primeiro capítulo tem como proposta traçar o universo contextual das regiões de Cuzco e Alto Peru, no final do século XVIII, tendo como foco central as rebeliões que ocorreram entre 1780 e 1783. Neste “universo”, discutiremos a organização político e social da estrutura colonial da Coroa Espanhola, a relação e inserção das rebeliões neste contexto e seus eventos. E, do que decorre disto, as interpretações historiográficas e discussão conceitual em torno deste recorte.

2.1 América espanhola: domínio e exploração da Coroa espanhola

Diante da conjuntura europeia e ocidental pós Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que se colocava no fim do século XVIII, a Coroa Espanhola estabelece as chamadas reformas borbônicas, uma série de medidas que, segundo Garcia, burocratizaram e institucionalizaram diversas camadas da estrutura colonial: “compreendiam iniciativas nos âmbitos administrativo, econômico e militar, visando dinamizar o comércio colonial e assegurar o efetivo domínio espanhol em suas possessões americanas” (2011, p.57). Era um projeto de reestruturação econômica da Espanha e sua reinserção como potência no mercado europeu (BRADING, 1990), sob o qual a população indígena da América se tornou uma das principais questões, na busca de transformar os índios em “vassalos úteis e proveitosos”, principalmente através do consumo compulsório de mercadorias e seu pagamento em moeda, do controle das finanças indígenas e também da obrigatoriedade do idioma espanhol, como formas de tentar a dissolução das comunidades indígenas no corpo geral da população colonial (GARCIA, 2011).

Na região dos Andes, este projeto agravou o sistema de recrutamento compulsório para o trabalho na mineração, atrelado ao pagamento da *mita*. O serviço da *mita* tinha origem no império incaico, no qual o trabalho periódico em “obras públicas e nas minas” era obrigatório. Entretanto, a *mita* ganharia outra configuração com a colonização espanhola, direcionada especialmente à extração de prata, ouro e mercúrio, na maior parte das vezes em condições extremamente degradantes e insalubres (GERAB e RESENDE, 1993).

POBLACION INDIGENA
Proporción de indígenas sobre la población total, 1780.



Fuente: Golte Jürgen. *Repartos y rebeliones*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1980, p. 209.

Mapa 1 – População Indígena - proporção de indígenas sobre população total, 1780.

Fonte: GALINDO, Alberto Flores. *Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes*. Lima: Casa de las Américas, 1986, p. 104.

Como nos mostra a bibliografia, esta população indígena era majoritariamente pertencente ao meio rural e, na estrutura colonial, sua mão de obra era obrigatória não só na mineração, como na agricultura e nos *obrajes* de produção têxtil. As terras indígenas eram agrupadas em *repartimientos*, unidades fiscais e administrativas, nos quais grupos étnicos distintos eram submetidos (SERULNIKOV, 2006). Ao mesmo tempo que dentro destes *repartimientos*, a máquina colonial espanhola incorporou uma forma

ressignificada dos antigos *Ayllus*¹ (LEWIN, 1957), garantindo a governabilidade dos Caciques (Curacas) e, assim, tentou garantir a sua própria. Segundo Galindo, a população indígena estava organizada entre uma minoria de caciques poderosos e uma maioria submetida a governabilidade destes caciques e da Coroa, fragmentados em diversos segmentos.

O poder atrelado aos Caciques tinha origem em duas vertentes: hierárquico-administrativa e hierárquico – simbólica. Por um lado, a legislação espanhola lhes garantia a isenção nos pagamentos de tributos e da mita, acesso à educação e alfabetização na língua espanhola e, em alguns casos, certa jurisdição (LEWIN, 1957; GALINDO, 1977; SERULNIKOV, 2006). E, conferia a responsabilidade de recolher os tributos, controlar o uso e trabalho nas terras e “regular o trabalho forçado” (LEWIN, 1957). Por outro, a existência destes Caciques remontava um passado que, atrelado a outros signos – tais como a permanência do uso dos idiomas autóctones e indumentária -, ligava-se a tradições ancestrais de governabilidade, lideranças, espiritualidade e estruturação social. Isso porque o título – e cargo – só cabia a indígenas, sendo transmitido por direito de sucessão:

Ni los mestizos ni los españoles podían ser caciques, salvo que a los primeros les viniera el título por derecho de sangre, como lo aclara Solorzano. *En general admitiase que las mujeres pudieron ejercer la función de cacicas, siempre que las costumbres de la región no invalidaran sus derechos.* (VALCARCEL, 1947, p.10)

Na prática, o cacique era o intermediário entre certa autonomia das comunidades indígenas e o controle ao qual todos eram submetidos, em maior ou menor grau. Era pertencente à burocracia da máquina espanhola, podendo circular entre esta figura líder e nobre de direito ancestral e como funcionário conhecedor, responsável e, no recorte em estudo, questionador da burocracia colonial espanhola.

O que para a Coroa poderia significar maior garantia de controle social, manter a figura do Cacique - e atrelar a ele o fator de intermediação para a

¹ Ayllu - Célula primária e fundamental da organização indígena:

“Cada ayllu era gobernado por un cacique. Los conquistadores introdujeron ciertos cambios en la convivencia familiar. Pero esto no tiene importancia en el presente caso. Interesa el hecho de que en la época de la sublevación el ayllu constituía aún la célula fundamental de la sociedad indígena, y en su carácter económico-social no se diferenciaba del modelo incaico.” (LEWIN, 1957, p.318)

aplicação das leis – também significou a permanência de signos culturais que referência identitária:

Para el siglo XVIII, la administración española parecía asumir que el fortalecimiento del prestigio y los privilegios de las aristocracia nativa reforzaría su sentido de subordinación y lealtad al orden colonial, no el anhelo de recuperar su antigua prominencia política. Del mismo modo, las frecuentes dramatizaciones públicas de la derrota de Atahualpa contribuirían a inculcar el discurso de la conquista, no la naturaliza reversible de la invasión europea. (SERULNIKOV, 2006, P 437)

Com o exemplo da região de Cusco, Serulnikov, aponta que os vestígios ali presentes puderam ser interpretados como “o morto que poderia ser ressuscitado”, o sentido oposto do que pretendiam os espanhóis. É neste cenário que se levanta o movimento indígena, que vai percorre o território andino de Cuzco e Alto Peru.

2.2. Movimento X Rebelião: o caminho percorrido e a análise historiográfica

“(…) El cacique José Gabriel Tupac Amaru se levantó, apresando al corregidor Arriaga, el 4 de noviembre de 1780. Esta decisión inesperada dio como consecuencia la realización del movimiento armado más importante del siglo XVIII, cuyos repercusiones conmovieron la región meridional y conferían sentido a los disturbios de los hermanos Catary en la futura Bolivia.” (Valcarcel, 1947, p.7)

Em 1780 tem início a rebelião de Tupac Amaru, que marcou a primeira fase do movimento insurrecional da região sul andina. A rebelião de Tupac Amaru é assim chamada por ter como liderança o cacique de Surimana, Pampamarca e Tungasuca. José Gabriel Condorcanqui Tupac Amaru. Como narrado no trecho acima, o marco inicial é dado pela prisão e morte de Antônio de Arriaga, corregedor de Tinta, região em que estava localizado o cacicado de Tupac Amaru. O dia 4 de novembro de 1780, mais do que uma data que cumpra a função de início, é também, ponto de realinhamento e definições fundamentais para o que se daria na sequência: após tentativa de articulações com Lima e cartas direcionadas às autoridades, como em dezembro de 1777², a luta armada é definida como saída. Com a morte de Arriaga, as primeiras definições postas

pelo programa rebelde são o fim do recrutamento de *mitayos* para trabalho nas minas de Potosí, fim das aduanas - permissões e taxas de comércio de mercadorias entre as regiões- e imposto da *alcabala*.

Sobre a definição do programa que foi levado a cabo, o debate posto por determinadas correntes historiográficas introduz e evidencia a centralidade do organograma social e a questão do poder dentro da organização e durante a rebelião. Autores como Alberto Flores Galindo, Scarlett O’Phelan Godoy e Serj Serulnikov atentam sobre como “(...) los objetivos del movimiento diferían considerablemente según los orígenes sociales, status y actividad económica de sus participantes” (O’Phelan GODOY, 2012) e, como a composição massiva dos quadros rebeldes, formada por indígenas, determinou até mesmo a radicalização do movimento. O fim da mita, por exemplo, era mais uma demanda que vinha da base do que da liderança rebelde.

Esta visão se contrapõe às correntes que, mesmo mostrando incertezas e surpresas nos caminhos tomados – como no trecho citado acima, de Carlos Daniel Valcarcel, publicado em 1947, que caracteriza como “inesperado” o episódio com Arriaga – mostram certa unidade da diversa população em um processo maior que levaria, no século seguinte, à independência do Peru. Por esta discussão historiográfica, podemos abrir a porta para abordar a questão da conceituação do que foi a Rebelião, uma vez que, diante da bibliografia levantada e conduzida ao debate, é possível entender como isto influencia nas questões que serão importantes para cada trabalho.

Representativo da historiografia tradicional peruana, Carlos Daniel Valcarcel insere a grande Rebelião de Tupac Amaru em um processo extenso que chama de *emancipação e independência* (1947; 1977. Tal visão coloca a liderança de Tupac Amaru e seu território de atuação como ponto central e de máxima relevância, destacando-o dos “distúrbios” subsequentes. Há, assim, a centralização da figura do líder, o “*caudillo*”, que se juntaria ao rol dos heróis nacionais que lutaram para a Independência, *criollos* e índios, juntos, construindo esta emancipação. Para tanto apresenta certa unidade social dentro da Rebelião e faz um recorte que prioriza o território que viria a ser peruano.

Contemporâneos à Valcarcel, entre as décadas de 70 e 80, Alberto Flores Galindo e Scarlett O' Phelan Godoy estão associados à Nova História Peruana e, à história social e política, que passa a inserir a relação com outras áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia e economia, em suas análises mais preocupadas em perceber as diversas características que compõem os recortes. Galindo, diante dos debates políticos e sociais que a sociedade peruana vivia, buscou entender a formação nacional do Peru, pensando a divisão social, as tensões raciais e culturais. Assim, entende as rebeliões de Cusco e Alto Peru como um movimento Panandino e utópico, uma vez que era contra os domínios e abusos de espanhóis e *criollos*, mas tinha uma invocação nacional antecipada, ao que indica, aos processos de independência da América Colonial no século XIX. O'Phelan Godoy, por sua vez, também entende as rebeliões como um movimento com questões em comum, ainda que com diferenças (2012). Indo mais fundo nesta análise, a historiadora divide este movimento em duas etapas:

Aunque la rebelión de Túpac Amaru ha sido vista frecuentemente como una ola general de descontento e insurrección, es importante recordar que atravesó por dos fases razonablemente bien definidas. La primera fase, que podría ser descrita como la fase cuzqueña o quechua, fue personalmente organizada y llevada adelante por el cacique de Pampamarca, Tungasuca y Surimana, José Gabriel Túpac Amaru (Lewin, 1976: Cap. XVIII; Fisher, 1966: 219). Se considera que la segunda se inició luego de la captura del cacique, cuando las riendas del movimiento fueron tomadas por otros miembros de la familia Túpac Amaru, para articularse más tarde con los rebeldes del Alto Perú, encabezados por el jefe aymara Julián Apasa Túpac Catari (Lewin, 1976: Cap. XX; Vega, 1969: 77). (O'PHELAN GODOY, 2012, p.250)

De uma forma distinta da historiografia tradicional, ela deixa de lado a hierarquização e a marcação 'durante e depois de Tupac Amaru', como fator de destaque ou relevância.

O entendimento destes fatos como um movimento, mais ou menos definido, fez com que parte da historiografia que se seguiu pudesse levantar outras questões importantes e quebrar alguns padrões homogêneos e homogeneizantes, como a ideia de unidade social, nacionalismo bem definido, questões como colonialidade, raça, gênero e classe:

En los últimos años, la historiografía ha coincidido en señalar las deficiencias de interpretaciones previas que proponían una imagen Cuzco-centrica de estos eventos. Aunque Tupac Amaru eventualmente se convirtió en el símbolo más reconocible de la rebelión de 1780-1781, las concepciones anticoloniales mostraron variaciones regionales

significativas tanto en su contenido ideológico como en el proceso que condujo a su difusión. (SERULNIKOV, 2006, P.421)

Neste sentido, consideramos para este trabalho o caminho historiográfico que trata as rebeliões de Cusco e Alto Peru, de final do século XVIII como um movimento de bases anticoloniais complexo, que “(...)teve um alcance regional que unificou o Alto e o Baixo Peru, e demandou a renegociação da hierarquia político-militar e dos objetivos centrais do programa” - como sintetiza Luna (2016). Este entendimento fica mais claro quando, ao narrar dos fatos, inserimos os debates que podem ser feitos ao confrontarmos a bibliografia.

Como foi tratado anteriormente, o programa do movimento que se iniciava não parecia claro e foi, aos poucos, ganhando novas definições. Contudo, isso não significou falta de planejamento ou atitudes impulsivas e isoladas, e este é um dos pontos que caracteriza e aglutina as rebeliões. Segundo Dell Valle e Lewin, em depoimentos de Tupac Catari e Bartolina Sisa – personagens centrais que serão tratados adiante – e, em uma série de documentos, como apresenta Walker (2014), é possível identificar o tempo de organização, em pelo menos dez anos antes da morte do corregedor Arriaga. Pelos depoimentos podemos tentar mapear um pouco da relação entre as regiões e respectivas lideranças, suas ações e articulações nos desdobramentos do movimento.

Outro ponto importante que incide no tema do planejamento e poder de articulação, são as rotas entre os territórios que passam a ser reelaboradas com o trabalho nas minas de Potosí. Em dados trazidos por O’Phelan Godoy - com base na documentação do Archivo General de Indias, de Sevilha, nos fundos da Audiencia de Cuzco e de Buenos Aires - em duas tabelas “ Atividade dos réus envolvidos com a Grande Rebelião” e “Arrieiros e viajantes envolvidos na Grande Rebelião”, mostra a participação expressiva de chacarereiros, artesões, arrieiros, mineiros e caciques nas “duas fases”, com maior quantidade na fase cusquenha. Como mostra a autora, muitos acumulavam mais de uma profissão, como caciques que também eram arrieiros e viajantes, como é o caso de Tupac Amaru. Charles Walker (2014), assim como O’Phelan, reforçam a importância de se atentar para as funções exercidas pelos que compuseram os quadros das rebeliões, já que podem nos ajudar a entender como que se davam as tensões cotidianas que foram parte dos motivos da construção do movimento:

Como estaban comprometidos en más de una actividad económica, para poder hacer frente a los pagos de sus impuestos y repartos, se vieron perjudicados por la alcabala, no solo como productores sino también como arrieros y pequeños comerciantes. Por cierto tres de los arrieros implicados en los procesos judiciales llevados a cabo en Cuzco declararon que eran arrieros-chacareros. (O'PHELAN GODOY, 2012, p.306)

E, dos arrieiros e viajantes que estavam envolvidos nas rebeliões, destacam-se os seus locais de origem e sua classificação racial: muitos *mestizos* (brancos e índios), índios e *criollos*, vindos de diferentes provincias, como Layo, Surimana, Rioja, Sicasica, Carabaya, entre outras. Nos dois mapas abaixo, extraídos do livro *Buscando un Inca*, de Alberto Flores Galindo, é possível entender a dimensão dessas rotas que articulavam a população andina, com o recorte entre a região de Cuzco e Potosí:



Mapa 2 – Rotas andinas, século XVIII

Fonte: GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes. Lima: Casa de las Américas, 1986, p.60.



Mapa 3 – O sul andino: cidades, feiras e rotas (fim do século XVIII)

Fonte: Fonte: GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes. Lima: Casa de las Américas, 1986, p. 130.

As rotas ajudaram a criar um mercado interno que se via limitado pelo sistema colonial, mas que, mesmo assim, existia e via a possibilidade de expansão, assim como o trecho abaixo ajuda a entender:

La importante conexión entre las aduanas, el impuesto de alcabala y la ruta comercial de los arrieros que incorporaban a Arequipa, Cuzco y al Alto Perú, podría explicar por qué los rebeldes, en instancias en que negociaban una tregua, solicitaron a las autoridades españolas 'que se les dieran a los indios mayor libertad para que pudieran viajar no solamente a La Paz, sino adonde ellos quisieran, y que mientras comerciaban no se permitiera a nadie que los maltratara sin estar expuestos a la amenaza de un severo castigo, y que todos los españoles compartieran esta libertad de movimiento y comercio con los indios. (O'PHELAN GODOY, 2012, p. 302)

O que virou busca de uma forma alternativa de poder, por um lugar “vazio” que a própria coroa teria deixado (LEWIN, 1957; O'PHELAN GODOY, 2012). Como afirmam Serulnikov (2008) e Galindo (1977), não foi só o fator nacional ou a questão da utopia indígena: junto com a questão econômica, soma-se a figura

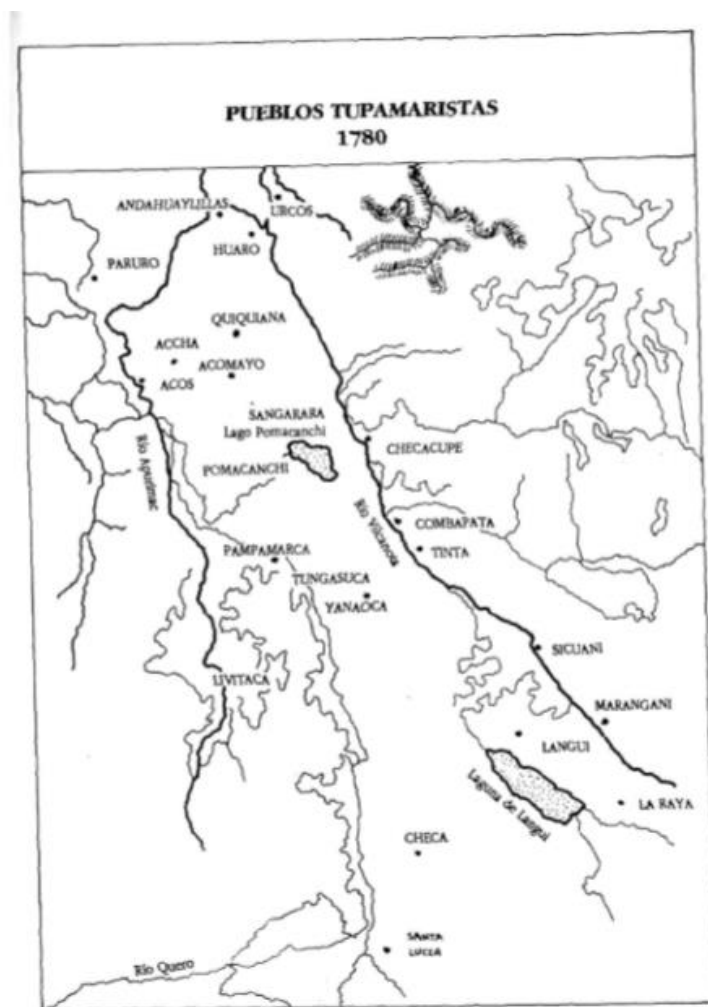
de poder que os indígenas poderiam exercer e, de certa forma, o poder que poderiam reivindicar diante do lugar que estavam ocupando.

Após o episódio da morte de Antônio de Arriaga e a subsequente declaração do fim da mita e impostos, a rebelião cusquenha seguiu cada vez mais ao sul da região, com intuito de cerceamento e tomada da capital de Cusco. Em novembro de 1780, ocorre a batalha de Sangarará, em que, ao final, todos os envolvidos são excomungados da Igreja católica. Um fator que destaca o peso da religião naquele momento e, também, como se dava a percepção dos participantes diante do comando e os caminhos da rebelião, o que de fato estavam fazendo. Com a excomunhão, um número considerável de pessoas se retirou do movimento ou demonstrou incertezas com a continuidade, diante da não clareza do que aquilo poderia significar. Os depoimentos e cartas são importantes para entender o lugar das lideranças do movimento e o poder que puderam ter e quais signos mobilizaram para tanto. O efetivo rebelde que se constrói na fase cusquenha tem como característica a diversidade de origem de seus quadros, de acordo com os dados extraídos da pesquisa de O'phelan Godoy e, na historiografia aqui utilizada, como um todo, a concentração de indígenas, *criollos*, negros e mestiços participantes se dá nesta fase e, diante disso, a percepção de liderança é diferente para cada grupo.

Mesmo com o apoio de determinadas figuras da igreja católica ao movimento, a excomunhão, o reconhecimento da instituição religiosa da rebelião como inimiga, em alguns casos, pôde ter mais peso do que a identificação de Tupac Amaru como rei Inca. Isto tanto para *criollos* como para índios que acreditavam e reconheciam na Coroa espanhola sua autoridade máxima ou, ainda, que mesmo contestando o poder colonial, não viam necessariamente os signos incaicos como uma referência identitária. José Gabriel Condorcanqui Tupac Amaru reivindicou o reconhecimento de sua descendência de Manco Inca Huayna Cápac e neto de Felipe Tupac Amaru. Era, nesse sentido, Tupac Amaru II, descendente Inca e herdeiro do cacicado das terras da família (GUARDIA, 2014). Julian Apasa Tupac Catari, uma das lideranças da segunda fase do movimento – na região de La Paz, ao se colocar como cacique, também reivindica este lugar de poder ancestral. Neste sentido, o significado atrelado a este posicionamento das lideranças também influencia na dimensão que o

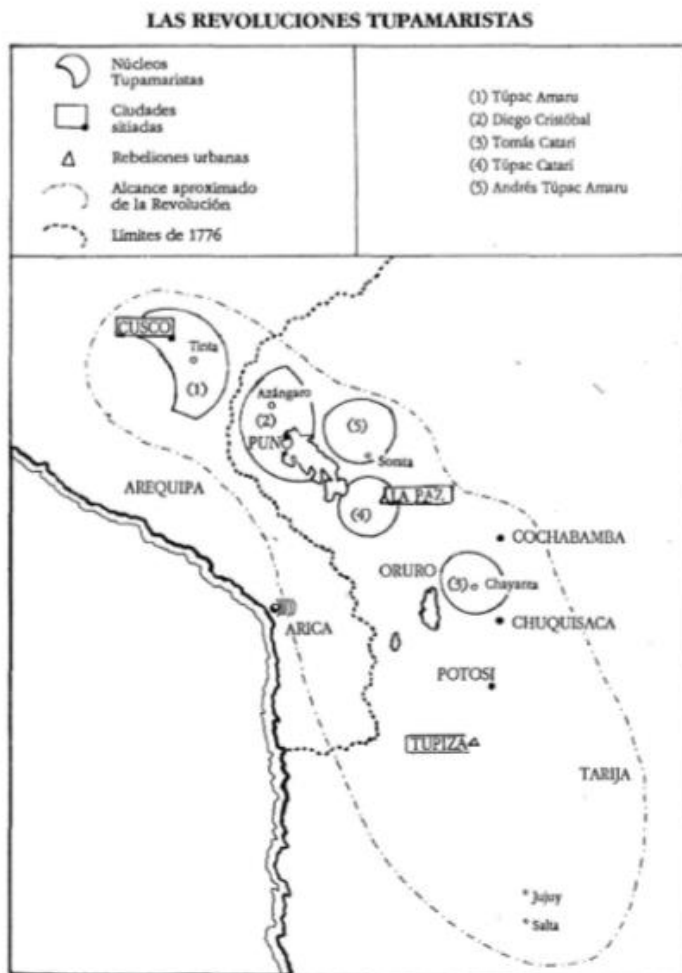
movimento adquire. Ao mesmo tempo que perde quadros pelas decisões e reações da ordem vigente, ganha outros pelas demandas que apresenta.

Um efetivo que contava com caciques, indígenas, *criollos*, negros escravizados e mestiços chegou a 40 mil em janeiro de 1781, após grandes vitórias e expansão territorial. Todavia, com o precário armamento, a falta do apoio dos aliados que vinham do norte e não conseguiram atravessar o rio Urubamba – e o não apoio dos indígenas de Cuzco, o que se seguiu foi a grande quantidade de baixas rebeldes, o recuo a Tinta e a derrota. Esta última foi marcada por traições que facilitaram a ação do exército realista, levando a condenação e execução de seus líderes e participantes influentes da insurreição (LEWIN, 1957).



Mapa 4 – Povos Tupamaristas, 1780.

Fonte: GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes. Lima: Casa de las Américas, 1986, p. 110



Mapa 5 – As revoluções tupamaristas

Fonte: GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes. Lima: Casa de las Américas, 1986, p. 131.

**LAS REVOLUCIONES TUPAMARISTAS EN
EL IMPERIO ESPAÑOL
(Sudamérica, 1780-1783)**



Mapa 6 - Las revoluciones tupamaristas em el império espanhol (América do sul, 1780 – 1783)

Por esse caminho é que, a partir da captura dos líderes quéchuas, em maio de 1781, tem início a segunda fase das rebeliões anticoloniais, quando o comando do movimento passou a outros membros da família Tupac Amaru, que levaram a rebelião em direção à audiência de Charcas, passando por Potosí, norte do lago Titicaca, Chayanta. Como característica própria, a região de Chayanta, segundo Serulnikov, apresentava um ambiente de conflitos complexos que permitiram um cenário de tomada de consciência política por parte dos indígenas:

En este contexto regional, la conformación de redes de cooperación entre diversos grupos étnicos y la adopción de un lenguaje común de derechos políticos y reivindicaciones socioeconómicas fue el fruto de prolongados y complejos procesos de confrontación con los poderes coloniales. La gestación de estos vínculos expresó por sí misma la emergencia de una conciencia política radical. (SERULNIKOV, 2008, p.428)

Em La Paz articularam-se com os líderes aymaras, que já iniciavam sua movimentação rebelde. Este momento é caracterizado por intensos combates,

táticas e organização diferentes da primeira fase: as negociações com a Coroa diminuem e as rebeliões passam a intensificar sua luta anticolonial. Para esta nova fase, os líderes aymaras passaram a ser personagens fundamentais para os caminhos e decisões tomadas, principalmente com relação ao sítio a capital La Paz e tomada de novas províncias. A bibliografia nos mostra que esta parte do movimento desponta já em meio aos eventos que se passavam ao norte, tanto em Cuzco, como Chayanta e, isto é importante para entender suas demandas mais incisivas:

Desde sus inicios, el movimiento adoptó inequívocas connotaciones raciales. No hubo ilusión alguna con respecto a la posibilidad de tabar alianzas con criollos y otros grupos sociales para oponerse a las políticas imperiales, como en el Cuzco, o de restablecer un ideal pacto de reciprocidad entre los ayllus y el Estado que pusiera fin a los abusos de las elites locales, como en Chayanta. (SERULNIKOV, 2008, p. 430.

As rebeliões do Alto Peru têm como marco final outubro de 1783, até que a repressão da Coroa sobre o movimento se fizesse completa. Para além, sua importância deixou de estar circunscrita ao século XVIII e, essas rebeliões se tornaram símbolo de resistência à exploração colonial, sendo reivindicadas hoje como parte importante da construção identitária e da história dos países que ocupam aquele território: Peru e Bolívia. Aqui, cabe a breve discussão em torno do tom revolucionário que este movimento pôde ter. Segundo Norberto Bobbio, no Dicionário de Política, a Revolução é caracterizada pela “Tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico- constitucional e na esfera sócio-econômica” (1998, p. 1121). Bobbio então define de que modo Revolução e Rebelião se distinguem, ao coloca que a segunda não muda a ordem vigente e tem pretensão de soluções imediatas. No que se refere à bibliografia sobre o movimento aqui discutido, tem-se os dois termos aplicados: Lewin, Galindo e Valcarcel defendem, cada um à sua medida, o fator revolucionário. Já a bibliografia mais recente trata como um conjunto de Rebeliões, assim como adotamos neste trabalho.

O termo Rebelião se encaixaria, então, pelo fato das demandas urgentes e o uso da violência para que fossem colocadas e, também, pelo entendimento de que certas estruturas sociais foram mantidas, mesmo nos campos rebeldes, e

que foram derrotados e seus líderes e participantes, mortos. Contudo, o termo Revolução, ainda que não seja aplicável ao todo, uma vez que os eventos não sejam mais entendidos como parte de um processo de independência - assim como defendiam algumas perspectivas historiográficas – pode ganhar sentido quando pensado para temas simbólicos e profundos que acompanharam o movimento:

En el contexto de un movimiento indígena de masas, las ideas propuestas por Túpac Amaru, por reformistas o aun conservadoras que fueron, sirvieron como vehículo de prácticas políticas que minaron el principio fundante del colonialismo: la noción de que existía un definido vínculo entre poder y cultura, que el dominio político se basaba en la inherente superioridad de la civilización europea. (SERULNIKOV, 2008, p. 441-442)

Por este caminho, as rebeliões mostram sua face complexa e duradoura, uma vez que apresenta permanências estruturais e de conflitos seculares – que chegam ao presente -, contestam uma narrativa hegemônica e generalizadora. A intersecção de fatores como gênero, raça e classe é, então, fundamental para esta perspectiva que se propõe aqui.

3. MULHERES E AS REBELIÕES: ATUAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL

Após traçar brevemente o cenário estrutural em que as rebeliões surgiram e os debates feitos anteriormente, neste capítulo pretende-se continuar olhando para a estrutura social da América colonial, agora pensando nas mulheres, tentando remontar o lugar que puderam ocupar e sua atuação. Isto a partir de uma bibliografia que esteja vinculada a história das mulheres e aos debates sobre discurso e identidade de gênero, colocando em discussão crítica a representação feminina presente nas obras aqui escolhidas como fonte.

A colonização ibérica trouxe à América costumes e valores de uma sociedade patriarcal baseada na religião, em que a visão sobre o lugar da mulher, naquela sociedade, estava submetida às rigorosas e conservadoras condutas (DIEZ MARTIN, 2004). Na sociedade que se criou nas colônias, os preceitos estabelecidos pelos espanhóis, a fim de manter certa estrutura social - que garantia a mulher o lugar de inferioridade e o controle sobre a mesma - permeou as relações entre homem e mulher. Pensando nesta sociedade, Asunción Lavrin faz um estudo descritivo e analítico dos diversos estratos e camadas e as relações e tensões que ali se estabeleceram:

Para abordar el tema en cuestión, se hace necesario, entonces, observar a las mujeres no sólo a través de las formas de conducta colectiva, estilos y costumbres de las clases y grupos a los cuales pertenecieron. Los cambios en la historia de la mujer fueron lentos y no deliberados. (LAVRIN, p. 109)

Segundo a autora, esta estrutura começa a ser montada para as mulheres a partir do momento em que a colonização é estabelecida, e a Coroa passa a incentivar a ida de famílias completas para o território conquistado, uma vez que não iria “ tolerar oficialmente o abandono de esposas na Espanha” e a construção desta sociedade por meio de relações que ela considerava como ilícitas. O que se viu foi um número de mulheres que migravam sempre reduzido ao comparar com a população total que saía da Espanha para se estabelecer no Novo Mundo. Lavrin aponta que essas mulheres passam a ter um papel importante para trazer e serem mantenedoras da cultura material e doméstica, valores sociais e religiosos da Espanha.

Para a manutenção desta estrutura colonial, o casamento aparece como base da construção desta nova sociedade com modelo preestabelecido. Importante ferramenta para a manutenção das redes de poder e o controle da Coroa sobre as individualidades, na formação de uma sociedade estratificada, com poucos recursos de mobilidade social. A mulher nesta estrutura de poder estava subjugada à Igreja e ao Estado, ao padre e ao marido. Os acessos e o tipo de educação que poderiam ter, os espaços que poderiam ocupar ou que lhes eram naturalmente atribuídos, tinham que ver com esta relação estrutural (LAVRIN, 1990). Junto a estes fatores gerais, incidiram os específicos, que dizem da origem dessas mulheres e sua localização nas divisões daquela sociedade.

O estudo de Lavrin está diretamente ligado à virada que, a partir da década de 1970, a historiografia passa a ter, com um olhar mais amplo sobre a mulher nas colônias espanholas (DÍEZ MARTÍN, 2004). Ampliando a percepção dos meandros que formavam os padrões das mulheres e considerando a diversidade de etnias e suas condições de vida. Esta investigação se coloca frente a necessidade de construir a história da mulher, visto que, assim como outros grupos sociais, seu estudo esteve subjugado a certa visão dominante (PERROT, 1988). Neste caso, a mulher da era colonial esteve subjugada a uma visão patriarcal machista (GUARDIA, 2014). Ao câmbio de olhar, a pesquisa da história da mulher na América Latina colonial mostra que, ainda que submetida e marginalizada, a mulher desempenhou papel fundamental nas funções que exercia, pôde ser autônoma e criar novos espaços de ação. Foi responsável pela manutenção de sua cultura e raiz, através da mestiçagem, casamento e maternidade, formou outros estratos sociais (LAVRIN, 1990). Além disso, pôde não ser submissa as funções que lhe eram dadas, reconhecendo em seus diversos estratos sociais, as possibilidades de tomar outros papéis, como a atuação política.

É neste ponto que se insere a problematização desta pesquisa com relação às mulheres que exerceram papéis de liderança durante as rebeliões indígenas do Alto Peru. A escolha por pensar a representação sobre essas líderes está, justamente, na questão presente no fato de que: ao mesmo tempo em que faziam parte de um estrato social que estava à margem do modelo de

sociedade estabelecido pela Coroa espanhola (LAVRIN, 1990) – mulheres indígenas e mestiças- sua atuação como líderes evidencia o protagonismo político que a mulher também pôde exercer.

Nesta perspectiva surge a problematização do como a historiografia considera a atuação e o papel da mulher na América colonial. Diante do que se logrou observar, este ‘como’ está ligado a duas interpretações fundamentais: a da invisibilidade e a da excepcionalidade. A historiadora Maria Teresa Diez Martin (2004) em *Perspectivas historiográficas: mujeres índias em la sociedade colonial hispano-americana*, define que a primeira interpretação se remete ao não reconhecimento da mulher, referindo-se a ela como um grupo uniforme preso às condições de privação e opressão. Parte de um discurso patriarcal, que atribuía a mulher o papel da submissão e abnegação e, assim, anulava sua atuação, reconhecendo-a somente como um grupo fixo estereotipado, homogêneo e inferior. Enquanto que a excepcionalidade se ancora na ideia de singularidade da história levantada, colocando-a em uma posição de destaque, deslocando e especificando demais o caso, que deixa de inserir a mulher em seu contexto, afastando os possíveis diálogos de luta e ação ali atrelados.

Os artigos *História das Mulheres*, da historiadora Joan Scott, e *História, mulheres, gênero: contribuições para um debate*, de Rachel Soihet, que trazem um panorama da emergência da história das mulheres no cenário intelectual e político, destacam a necessidade de reivindicar o papel da mulher na história e da problematização dos determinismos biológicos, da essencialização da mulher e a visão de unidade para a categoria mulher. O artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, também de Joan Scott, busca mostrar que a condições que fazem o gênero são constituídas historicamente de acordo com o tempo e suas condicionantes, assim traz a importância da desconstrução do discurso posto, seguindo ideia de Foucault, sobre o padrão hegemônico que se faz valer por meio do discurso, presente no texto *História da sexualidade I: A vontade de saber*.

Assim, tirando a invisibilidade e a singularidade, o que se pode ter é a complexidade de fatores que envolvem a atuação da mulher das colônias americanas. Nesse sentido, se faz fundamental analisar as identidades de gênero numa perspectiva relacional, não fixa, como aponta Scott (1995). E,

assim, pode-se evidenciar as várias identidades que conviviam naquele período, tanto de gênero, quanto de classe, de região e étnico-racial, pois, ainda que a miscigenação fosse um dos elementos formadores da sociedade colonial, a manutenção das culturas e costumes de cada uma das diversas etnias, também o foi.

3.1 A representação das Mulheres do movimento rebelde: discussão entre apagamento e excepcionalidade heroica

A partir de um olhar que busque mais pelo comum como agente histórico, o recorte estabelecido está em volta de cinco mulheres: Micaela Bastidas, Tomasa Tito Condemayta, Cecília Tupac Amaru, Bartolina Sisa e Gregoria Apasa. As três primeiras exerceram papéis na primeira fase das rebeliões, sendo julgadas e condenadas por sua atuação juntamente com os outros líderes rebeldes. Micaela Bastidas tinha origem mestiça indígena e negra (GUARDIA , 2002; WALKER, 2014), casada com o cacique José Gabriel Tupac Amaru, exerceu diversas funções administrativas e organizacionais do movimento, cuidando de territórios conquistados, estabelecendo alianças, entre outros. Tomasa Tito Condemayta era cacica da província de Acos, na região cusquenha. Foi aliada do movimento e liderou frentes de combate, chegando a comandar uma tropa composta majoritariamente por mulheres na resistência ao avanço de forças realistas no lugar conhecido como *Puente Pilpinto* (WALKER, 2014). Pertencente à família Tupac Amaru, Cecilia Tupac Amaru esteve no comando de frentes de combate em diferentes momentos (BOURONCLE, 1949).

Bartolina Sisa e Gregoria Apasa fizeram parte do que estamos chamando de segunda fase das rebeliões, na região da Audiência de Charcas. A primeira assumiu o posto de “virreina”, ao passo que era casada com Julian Apasa Tupac Catari, quem se denominou governador ou vice-rei da Audiência de Charcas (LEWIN, 1957; O’PHELAN GODOY, 2012). Junto ao posto, assumiu a liderança das frentes de tomada de territórios, bem como o sítio à La Paz. Sua origem aponta para indígena ou mestiça (SILES, 2013). Gregoria Apasa era irmã de Tupac Catari e cunhada de Sisa, e tal qual a primeira, esteve na linha de frente dos combates.

Diante da bibliografia, a análise da representação dessas mulheres lidou com as seguintes questões preliminares: por terem sobrevivido aos apagamentos da escrita da História, podem ser porta de entrada para discussões profundas sobre a mulher indígena do século XVIII na América espanhola. Usar da possível tentativa de excepcionalidade atreladas à sua atuação para investigar o comum, as possibilidades cotidianas as quais fizeram parte.

Para tanto, foi fundamental procurar entender as visões dos autores sobre as rebeliões, como já iniciado no primeiro capítulo. O entendimento é, então, de que a visão de cada autor sobre estas personagens também está ligada ao debate historiográfico posto na visão de cada um sobre a Rebelião de uma forma geral. Portanto, fez-se necessária a reflexão teórica sobre a historiografia latino-americana a partir dos textos *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*, de Jurandir Malerba, e *Perspectivas historiográficas: mujeres índias em la sociedade colonial hispano-americana*, de Maria Teresa Díez Martín.

A partir deste ponto, a leitura das obras nos permite construir um universo de temas e indagações para reflexão e análise em torno das fontes:

- Há, ou não o reconhecimento da atuação dessas mulheres na Rebelião? Como essa atuação é interpretada?
- A atuação é marcada pela excepcionalidade? E de que maneira são posicionadas diante de outras mulheres contemporâneas?
- Existe uma preocupação do autor ou autora em retratar a relação delas com seu matrimônio, bem como analisar aspectos do casamento e maternidade, papéis normalmente reservados às mulheres?
- De que maneira o autor incorpora – e analisa – traços da personalidade e até mesmo dos aspectos físicos como parte das informações sobre sua vida?
- Como os autores compreendem a origem e as questões sociais ligadas a isso: como os questionáveis limites, a importância da descendência incaica, os quadros sociais da época que puderam ou não influenciar sua atuação e relação com os demais agentes e personagens do levante?

Estas questões foram norteadoras para a relação com a bibliografia e abriram espaços para outras discussões. A seguir, apresentaremos a análise dividida pelos autores por ordem cronológica, por entendermos que é uma estratégia simples tanto para identificar as permanências e rupturas, quanto a coexistência de visões diferentes em certos momentos.

Começamos com a década de 1940, com duas obras. A primeira é *Tupac Amaru el precursor de la Independencia*, de 1947, de Carlos Daniel Valcarcel, inserida em um contexto na historiografia indigenista. Como vimos, Valcarcel considera a fase cusquenha como expoente, a Rebelião de Tupac Amaru como a maior insurreição do século XVIII. Neste apresenta o contexto da Rebelião e toda a sua elaboração, identificando seus grandes atores. Logo no início do texto, quando remonta a estrutura de poder e social do período, apresenta a lógica do cacicado e como se dava:

Era condición previa para ocupar el empleo ser indio, transmitiéndose el cacicazgo al primogénito, por derecho de sucesión análoga al del mayorazgo. Ni los mestizos ni los españoles podían ser caciques, salvo que a los primeros les viniera el título por derecho de sangre, como lo aclara Solorzano. En general admitiase que las mujeres pudieron ejercer la función de cacicas, siempre que las costumbres de la región no invalidaran sus derechos.” (VALCARCEL, 1947, p.10)

Com o trecho acima evidencia a possibilidade de atuação da mulher dentro da estrutura de poder, como algo reconhecido, mas que tinha como embate “costumes regionais que invalidavam seus direitos”. De extrema importância no debate sobre a estrutura colonial, os costumes importados que embasam a construção desta sociedade, o reconhecimento de um direito de poder que também poderia pertencer às mulheres indígenas, pode ser indicativo das diversas possibilidades cotidianas não fixas, a falha na hegemonia cultural e política.

Em diversos momentos do texto, Valcarcel evidencia a figura de Micaela Bastidas. Por diversas vezes aponta suas ações como de extrema importância e decisivas para os comandos e passos da rebelião, como é possível entender abaixo:

(...) La cordura de sus acciones había conferido ya a doña Micaela un gran prestigio éntrelos suyos, como se nota por los textos de numerosas cartas enviadas por caciques, gobernadores y particulares. En ellas, más que a la esposa del jefe se dirigen a la autoridad superior

pidiendo luces para resolver diferentes problemas. Y así, de Acos, de Tinta, de Copara, de Pichigua, de Quiquijana, de Sicuani, de Acomayo, de Pomacanchi, de Yanoca y de otros lugares mandabanle misivas sincerándose de acusaciones infundadas, consultando sobre asuntos administrativos, dando noticias sobre envíos de hombres o movimientos sospechosos, remisión de provisiones, cambios de autoridades, pedido de auxilios militares o dinero, noticias de imprevistos ataques, y todos eran invariablemente atendidos con justo criterio y raro tacto psicológico.” (VALCARCEL, 1947, p.80)

Valcarcel destaca que “mais do que esposa do chefe”, ela era reconhecida como uma autoridade, buscada por diferentes demandas que incluíam prestação de contas das ações tomadas em outros cacicados, questões administrativas e responsável por uma rede de contato do movimento. Porque, segundo o autor, *“Y es que doña Micaela era la mujer que sabía se jefe, colaboradora y amante, actuando en todo momento con plena conciencia de su múltiple responsabilidad”*. (p. 80), sabia comandar, ser mandada e esposa.

Tomasa Tito Condemayta é citada por Valcarcel ao falar sobre a relação de Micaela Bastidas com outra “enérgica mulher”, por meio de cartas. A inserção de Tomasa abre porta para outra questão importante: o questionamento da figura do chefe supremo como bom condutor da rebelião:

Su relación epistolar con otra enérgica mujer, la cacica Condemayta, está llena de oportunas indicaciones para evitar sorpresas de los soldados del Cusco. La cacica contestaba que la ida de Túpac Amaru había dado tiempo e ímpetus a sus enemigos del norte. Y, con recto criterio, señalaba la ineptitud del jefe militar nombrado en su jurisdicción, exigiendo fuese sustituido con otro que, a su juicio, tenía mayor aptitud de mando. (VALCARCEL, 1947, p. 70)

Este excerto evidencia a relação de chefia entre mulheres com consciência de suas funções e possibilidades de ação.

A segunda obra é a de autoria de Jorge Cornejo Bouroncle, *Sangre Andina: Diez Mujeres cuzqueñas*, publicada em 1949, livro que parte da necessidade de produzir um material de divulgação à diferentes camadas da população, sobre personagens desconhecidas ou pouco divulgadas, que no seu entendimento, representam grande relevância na construção da identidade nacional e da memória peruana. Como ponto inicial da análise deste texto, a própria natureza e sua justificativa são pontos relevantes para o debate proposto: reconhece a falta de informação sobre as personagens femininas que, em seu entendimento também são heroínas do período colonial. Apresenta dez

capítulos, um para cada personagem abordada. Destas, Cecilia Tupac Amaru, Micaela Bastidas e Tomasa Tito Condemayta. Comum a todos os capítulos, Borounce traz uma narrativa romantizada, sem tantas notas de referências, como uma literatura de divulgação que conta a histórias de grandes heroínas. É importante este ponto, pois, durante toda obra as interpretações sobre estas personagens ficam marcadas por esta visão romantizada.

No capítulo sobre Cecília, traça contextualização sobre o período - assim como nos outros – para inseri-la. Destaca seu pertencimento à família Tupac Amaru e suas características de “suave beleza e figura delicada”, “ uma princesa incaica”, “ doce e delicada”. Cabe assim as perguntas: que princesa incaica é esta de que fala? Qual o império incaico está em seu imaginário?

Ainda que dedique um capítulo à personagem, as informações sobre sua vida ficam baseadas na relação com seu marido Pedro Mendiguirre. Com algumas cartas remonta as ações dele e as associa à Cecília Tupac Amaru, como a esposa que está junto no campo de batalha.

Sobre Micaela Bastidas, o autor traça um largo capítulo e, ainda que esteja impregnado da visão geral romantizada, apresenta informações e documentos que comprovam sua atuação.

No hay duda alguna que ciertas almas, en determinados momentos de la historia, son la representación genuina y noble de los dolores, de las aspiraciones y de las esperanzas de una raza o de un pueblo. Nacen predestinadas a un rol misterioso e irrefrenable; todo se encamina a la plenitud de su destino: tienes que ser, cumplir providencialmente su mandato o no ser nada, trincar su destino, contradecir el sentido indescifrable del tiempo. (BOROUNCLE, 1949, p. 29)

Diante do texto, podemos aferir que a visão que apresenta está carregada da ideia de excepcionalidade e da atribuição de características entendidas como femininas. O autor coloca grande peso em características como delicadeza, bondade excessiva, amor e sensibilidade intuitiva: “No sólo cuidaba por el buen orden de los acontecimientos sino que, también, proponía al Inca las medidas urgentes que su espíritu intuía como convenientes(...)” (1949, p.49).

Para Tomasa Tito Condemayta, o autor evidencia outros pontos como a força, atitudes assertivas e duras pela grande responsabilidade de seu “nobre sangue peruano”. Talvez pelo fato de ser, das três, a única que por herança de

sangue detinha o Cacicado de Acos. Ao longo do texto parece eleger Tomasa como o símbolo de lealdade e pureza indígena.

Cundo el Inca resolvió el ataque al Cuzco, Doña Tomasa vino a la cabeza de sus legiones indias y parece que al ordenarse la prudente retirada sobre Tinta, la violenta cacica, llevada de su ardimiento guerrero, protestó y quiso atacar sólo con sus tropas campesinas, por el lado de Kuichupuncu, entusiasmo que Tupac Amaru se vió en la necesidad de sujetar con cierta severidad. (Borouncle, 1949, p.117)

Descreve a cacica como guerreira e violenta, mas que, dentro de uma visão romantizada do processo e da questão indígena ela representa uma força necessária, um símbolo de pureza indígena.

Para a década de 60 e 70, *La Rebelion de Tupac Amaru y los Orígenes de la emancipación Americana*, publicada em 1957 pelo historiador polonês Boleslao Lewin, preocupado em entender como a emancipação americana se relaciona com o colonialismo europeu e a formação da nação. Como podemos notar, o historiador pensa em uma história universal, com acontecimentos conectados, em que o lugar de importância do continente americano é reivindicado. Parece, portanto, se atrelar a uma tendência nacionalista ainda de cunho indigenista, mas com influência marxista. Para Boleslao Lewin, a Rebelião de Tupac Amaru está ligada aos ideais libertários que trouxeram a independência do Peru.

Na primeira parte do livro, Boleslao Lewin abre um subcapítulo para falar das “destacadas mujeres peruanas del siglo XVIII” com a justificativa de mostrar como até a metade do século eram poucas as mulheres peruanas que se destacavam, mas que a partir da segunda metade, aconteceria uma mudança neste sentido.

Em *La Rebelion*, Lewin dedica a Micaela um subcapítulo específico, intitulado “Micaela Bastidas, jefa de la retaguardia india”, o qual está inserido no capítulo XVI intitulado “Organización técnica militar indígena”. Nele o autor trata das táticas e componentes da rebelião. Já pelo título do capítulo é possível ver que o autor reconhece a atuação estratégica de Micaela, mas como? O autor abre o capítulo afirmando que: “El papel de Micaela Bastidas, esposa de Túpac Amaru en la dirección – singularmente en la técnico-administrativa – del

movimiento rebelde acaudillado por su marido es digno de ser destacado de manera especial.” (LEWIN, 1957, p.434)

Acrescenta que, segundo os documentos, é possível dizer que Micaela “no se quedaba atrás de Túpac Amaru”. Assim, a reconhece como personagem atuante da Rebelião e destaca sua importância. Contudo, sua visão sobre Micaela propõe a atuação excepcional e heroica, pois define “(...) es seguro que fué una persona de capacidad y valor extraordinários para su sexo, singularmente en la época en que tocó actuar.” (LEWIN, 1957, p.435)

Ao mesmo tempo em que limita a capacidade extraordinária para uma mulher, Lewin destaca a presença de outras mulheres na liderança tupamarista, colocando as “dignas émulas” como Tomasa Titu e Bartolina Sisa e outras. O que parece é que Boleslao Lewin reconhece a atuação de Micaela e outras mulheres em uma hierarquia de acordo com a visão que pretende construir sobre a Rebelião. O autor está interessado em defender a força e capacidade de articulação rebeldes e, para isso retratar José Gabriel Tupac Amaru como um líder com grande representatividade e poder.

Assim, podemos pensar a relação de Micaela Bastidas e Tupac Amaru que está colocada no livro. Boleslao Lewin destaca por vezes a atuação de Micaela e reconhece sua importância, como é possível exemplificar com o trecho:

Se entiende de por sí que los esfuerzos de la retaguardia indígena no podían reducirse a la lucha contra el espionaje y a las medidas de seguridad. Los ejércitos tenían que ser aprovisionados, y no solo con armamentos. También en este terreno Micaela Bastidas demostró ser una jefa muy diligente y capaz. (LEWIN, 1957, p.442)

Contudo, sua atuação parece estar limitada pelo entendimento da inferioridade de seu sexo, pois suas ações também são vistas como incomuns e admiráveis: “Es realmente admirable la actividad múltiple de Micaela Bastidas. Todo lo que se necesita para las tropas se pide a esta mujer; y ella lo proporciona todo (...)” (LEWIN, 1957, p.442). O que se pode observar é que sua importância é um fato, mas sua atuação está submetida a relação hierárquica entre homem e mulher. Dessa maneira, justifica-se a atitude de abnegação - interpretação esta que é pertencente à visão tradicional ligada a um discurso

patriarcal -, que se define neste texto com uma frase que teria sido dita por Micaela: ‘Estoy pronta a morir donde murirá mi esposo.’” (LEWIN, 1957, p.436). Micaela, portanto, parece ser a esposa de Tupac, e a sua inspiradora. O que reitera a noção machista de que “por trás de um grande homem, há uma grande mulher”.

No que diz respeito à origem de Micaela, Lewin alega falta de fontes sobre o tema e que isto pode revelar “(...) reflexiones muy tristes sobre la situación de la mujer indígena en la vida familiar.” (LEWIN, 1957, p. 434). Aqui, o historiador pode querer denunciar a desigualdade a qual a mulher indígena da América colonial estava submetida, considerada à margem de uma sociedade marcada pela miséria e exploração indígena e estruturada em uma visão masculina e patriarcal. Terei que aprofundar mais esta questão, porque o fato de ser uma mulher de origem indígena traz uma reflexão sobre a questão de gênero atravessada por outras questões sociais. Levanto aqui como hipótese que no quadro de interpretação de Lewin, indigenista, talvez a condição indígena deva pesar mais que a de gênero (provavelmente já naturalizada para ele).

Da bibliografia analisada até aqui, Lewin é o primeiro que faz referência a Bartolina Sisa. Como parte do capítulo *El exterminio de la familia del caudillo alto peruano* é que entram citações às suas atuações:

Es notable y merece un estudio especial- el que, por diversas razones, no cabe hacer en este libro- el papel destacadísimo de la mujer indígena en la vida y las luchas sociales durante la colonia. Según testimonios fehacientes, en muchos casos la india era más pertinaz en la acción, demostraba mayor coraje en el combate y menos respecto por la religión y el sacerdocio que el indio.” (LEWIN, p. 546)

Lewin faz poucas menções a Bartolina, contudo, ainda que poucos, os pontos destacados podem revelar posições importantes. Como a rebelião que lidera ao lado de Tupac Catari é posta como secundária, o autor justifica a sua pouca profundidade na pesquisa sobre a personagem. Ainda assim, ela é menos citada que os irmãos Catari. Sua importância é reconhecida, mas hierarquizada quanto à atuação dos líderes masculinos.

Em escala ainda menor, Gregoria Apasa aparece pela primeira vez nesta bibliografia, com uma linha dedicada a informação de sua presença como parte dos quadros rebeldes da segunda fase do movimento.

Seguindo a década, *Tupac Amaru el precursor de la Independencia* de Carlos Daniel Valcárcel, propõe a visão da Rebelião de Tupac Amaru como catalizadora dos movimentos rebeldes que deram a Independência ao Peru. A obra é parte de um concurso para o aniversário de independência peruana. Este contexto, propõe pensar o que fez desta obra escolhida como vencedora. Partindo deste ponto, o objetivo do livro parece então tratar de uma unidade nacional figurada por um herói da independência e da liberdade. Além disso, não se propõe um estudo amplo, com divulgação de fontes e o direcionamento à um público específico, disposto a recebê-lo criticamente, mas, sim, um texto de divulgação a um público geral com interesse no tema.

Diante disso, se fez presente o questionamento em como Micaela Bastidas pôde ser inserida neste texto. Como pudemos notar, o livro é fundamentado na figura de José Gabriel Tupac Amaru e, de forma secundária, em outros líderes homens da rebelião, assim identificado nos títulos dos capítulos: *El prestigio de ser Inca, Formacion del Caudillo, Tomas Catari, Mision de Diego Cristóbal e Tupac Catari*. Os demais capítulos tratam do contexto da época, dos caminhos da rebelião, execução, impactos causados, entre outros. A figura de Micaela, pois, aparece por entre os capítulos da obra de uma maneira que podemos definir como simples colaboradora.

Isso porque é possível identificar o reconhecimento da atuação de Micaela por parte do autor, mas isso se dá através da inserção de suas ações como detalhes, durante a descrição e reflexão sobre o movimento:

Días antes, doña Micaela escribió a los gobernadores de diversos pueblos, haciéndoles saber que su esposo estaba empeñado en la difícil tarea de librarlos de los abusos de los corregidores y de los impuestos excesivos. Como prueba del poder revolucionario triunfante, aseguraba que sus partidarios dominaban en ocho parroquias del Cusco y en las provincias de Urubamba, Quispicanchis, Paruro, Tinta, Lampa, Azángaro, Carabaya, Paucarcolla, Chucuito y otros lugares, es decir casi la totalidad del obispado cusqueño y parte de otras jurisdicciones. (VALCARCEL, 1977, p.89/90)

E, para além, por não inserir informações sobre sua origem, demonstrando a relevância secundária – ou até mesmo a irrelevância - sobre sua figura: “Mientras existen descripciones de Túpac Amaru, sobre doña Micaela sólo hay brevísimas noticias. Parece que fue persona delgada, de temperamento nervioso, cuello fino y ademanes enérgicos.” (VALCARCEL, 1977, p.34)

O trecho destacado acima também pode ser questionado quanto ao sentido das informações. Por que é importante destacar os aspectos físicos ou de temperamento, levando-se em conta que não há outras informações sobre a vida de Micaela? Outra passagem que também pode nos dizer algo sobre a visão que Valcarcel tem de Micaela é a que diz sobre as dificuldades que envolviam a liderança da Rebelião, mais especificamente do debate sobre o avanço ou não sobre Cusco

No era pues tan simple el problema que Túpac Amaru debía resolver. Mucho tenía que meditar antes de adoptar la decisión estratégica. En opinión de doña Micaela, estaban dadas las circunstancias favorables para el ataque inmediato al Cusco, coincidentes con sugerencias de algunos partidarios de Túpac Amaru en esa ciudad. Pero que informes le daban sus espías al caudillo? Sabía, por una parte, los aprestos militares que allí se efectuaban, por cuyo motivo, una sorpresa quedaba descartada. Era pues necesario preparar un poderoso ejército, para sitiario con probabilidades de éxitos” (VALCARCEL, 1977, 74)

Valcarcel intenta mostrar e defender nesta parte do livro a visão tática e assertiva de Tupac Amaru diante das ações da rebelião. No entanto, como contraponto, o que podemos analisar com relação a Micaela Bastidas é que sua atuação e opinião aparecem nesta passagem para dizer que sua posição estava equivocada ao defender a tomada imediata de Cusco.

Junto a isso, há a preocupação do autor em retratar a relação entre Tupac Amaru e Micaela através do casamento e de trocas de apelidos, como podemos ver:

Frisaba más o menos 22 años cuando el 25 de mayo de 1760, contrajo matrimonio con doña Micaela Bastidas Puyucawa, natural de Pampamarca – según declaración expresa en el expediente del juicio – o de Abancay, de acuerdo a una antigua tradición. De esta unión matrimonial nacieron tres hijos varones: Hipólito en 1761, Mariano en 1762 y por último Fernando en 1768 (...). Ambos esposos se calificaban con apelativos que demuestran su mutuo afecto. José Gabriel respondía al de ‘chape’ y doña Micaela al de ‘Mica’ o ‘Micaco’.(VALCARCEL, 1977, p.15)

Além disso, o autor adota um modo de se referir a Micaela Bastidas, como doña Micaela ou simplesmente “su esposa” nos poucos momentos que a cita. No que tange à visão sobre a mulher, tal tratamento pode, num primeiro momento, aparentar certo respeito ou formalidade, mas na verdade diz muito sobre o discurso patriarcal que confere à mulher espaços segregados, mantendo a figura feminina como secundária.

A descrição sobre a execução de Micaela Bastidas pode nos dizer, também, das características que são comumente atribuídas à mulher, em oposição às que não são, a partir desta visão:

(...)Doña Micaela subió con paso firme al tablado. Para cumplir la sentencia se intentó córtale la lengua, pero ella 'no desmintiendo en aquel trance su entereza se resistió á sacar la lengua, que hubo de córtale el verdugo después de su muerte'. (...) La admiración de su valentía ha quedado en unos versos anónimos que dicen: 'En la tribuna se planta/ tan magestuosa que admira/ y tanto el cuello levanta/ que el pulso se le retira/ de un apretón de garganta'. (p. 130)

Aqui, a valentia se vale para a construção de um momento épico e trágico, que já justificaria o reconhecimento de sua atitude heroica. De uma forma mais ampla, a visão sobre Micaela posta neste texto revela também a forma com que o autor considera a atuação de outras mulheres. Além de Micaela, Valcarcel se refere a Tomasa Titu Condemayta, a cacica de Acos: "(...)A la valerosa cacica de Acos, doña Tomasa Titu Condemayta, que mantenía impertubable estoicismo le dieron garrote sobre un tabladillo, con un torno de hierro(...)" (VALCARCEL, 1977, p. 130). A referência a cacica de Acos parece se valer da sua importância por ser uma líder indígena que atuou junto aos rebeldes.

A década de 80 e 90: *Mujeres peruanas, El outro lado de la historia* de Sara Beatriz Guardia, busca contribuir com a história das mulheres e o feminismo peruano, com um amplo estudo sobre a presença e atuação da mulher na história do Peru. No capítulo analisado *La lucha por la Independencia*, Guardia busca reivindicar o lugar da mulher como heroína nacional na conquista da Independência e, assim reconhecer a sua importância naquele contexto.

Para tanto, Guardia se volta às revoltas indígenas do século XVIII como fundadoras do processo que levou a emancipação peruana. Como foco da análise proposta por Guardia está a Rebelião de Tupac Amaru, que define como *La sublevación de Tupac Amaru y Micaela Bastidas*. A partir desta definição, Guardia constrói um texto com uma interpretação das fontes selecionadas por ela, que evidencia a atuação de Micaela Bastidas como líder da Rebelião ao lado de Tupac Amaru:

Resulta sorprendente que aunque los testimonios existentes confirman que el movimiento fue co-liderado por Tupac Amaru y Micaela Bastidas, la historia oficial continúe prestándola como una simple colaboradora. A través de numerosos documentos queda demostrado que perteneció

a la Junta Revolucionária, y cumplió funciones militares y políticas en el gobierno de Tungasuca. (GUARDIA, 2002, p.115)

Assim, o texto de Guardia procura, através das fontes analisadas, refutar a visão de subalternidade e irrelevância sobre a figura de Micaela Bastidas junto a Rebelião. A fim de defender uma outra visão sobre a personagem, a autora por vezes enfatiza a atuação dela como sendo de grande importância, atribuindo-lhe o lugar de heroína da identidade peruana. Guardia não confere a Micaela a exclusividade de atuação durante a Rebelião e seus desdobramentos, mas ressalta sua centralidade e importância. Isto pode ser observado na organização do texto, no qual descreve e analisa a atuação da personagem como foco principal, com riqueza de detalhes e argumentos, enquanto que a presença de outras mulheres é apresentada de outras duas maneiras. A primeira é posicionada no texto para explicar relações que envolviam a liderança de Micaela, como por exemplo as possibilidades de ações que pôde exercer. Podemos observar isso no trecho em que a autora retrata um momento de embate entre Micaela Bastidas e cacica de Acos, Tomasa Tito Comdemayta:

(...) Micaela ya no podía controlar los motines y asesinatos que se sucedían con demasiada frecuencia. Los jefes indios apenas recibieron la orden de marchar hacia el Cusco habían procedido a avanzar sin esperar el retorno de Tupac Amaru. Ante lo cual Micaela se traslada a Sangarará donde le solicita a la Cacica Tomasa Tito Condemayta que una a la campaña. Pero ella le responde que sólo recibe órdenes de Tupac Amaru. (GUARDIA, 2002, p.118)

Com este trecho pode ser levantada a problematização dos quadros sociais da época. Em seu texto, Guardia procura enfatizar a origem pobre e mestiça de Micaela, opondo a origem de seu companheiro José Gabriel Tupac Amaru, com sua descendência incaica. A autora deixa claro que os dois tinham uma diferença de origem e estrato social, o que influía nas relações de poder e possibilidades de ação, segundo os caminhos que autora traça. Desta forma, com o trecho supracitado, é possível que Guardia esteja retratando esta oposição, pois como pudemos ver durante a pesquisa, ter a denominação de cacique àquela época, significava não só uma dominação simbólica, mas também dominação e poderes efetivos com relação aos demais índios. E, assim, entre as mulheres esta hierarquia também estaria presente: uma líder indígena, com o título de cacica, talvez, não se submeteria às ordens de uma líder mestiça e de origem pobre (ASTETE, 2002; RODRIGUES, 2012). Aqui, teríamos uma

situação na qual a questão de gênero pode ter sido atravessada por outras identidades sociais.

A segunda maneira está expressa no fato de Guardia reservar o último subcapítulo, *Cacicas y caudillas*, para relatar a atuação de diversas figuras femininas, com a seguinte justificativa:

Desde la conquista hasta la insurrección de Tupac Amaru, la mujer indígena combatió permanentemente. Participó en las sublevaciones, fue enlace, reclutadora de rebeldes, espía en las casas, proveedora de alimentos. Por ello, el poder español no demuestra sorpresa en ningún documento ante su significativa presencia en el movimiento de Tupac Amaru.” (GUARDIA, 2002, p.125)

O que logramos supor é a consideração, proposta pela autora, da emergência do assunto, que se fazia presente na historiografia peruana do período em que Guardia se propõe a escrever esta obra. Focar em Micaela revelaria a importância, a relevância do assunto, e chama a atenção para o debate proposto. De certa maneira, evidenciar a presença de outras mulheres, através de um subcapítulo breve, abriria margem para uma pesquisa ainda em curso e que precisaria ser revisitada.

No que diz respeito a produção atual, *The Tupac Amaru Rebellion* foi publicado em 2014, por Charles Walker – historiador estadunidense- com o intuito de escrever uma história narrativa direcionada a população geral interessada no tema, que trouxesse uma visão global da Rebelião, a partir de um estudo mais aprofundado nas fontes e de uma visão que dialogue com os debates historiográficos atuais.

Como foi possível observar, neste livro a presença de Micaela Bastidas não se faz em um capítulo específico ou em linhas pontuais. Charles Walker reconhece a atuação de Micaela e a coloca ao lado de Tupac Amaru como líder rebelde ao longo de seu discurso, conferindo aos dois o protagonismo nas diversas ações da Rebelião indígena. Como é evidenciado no trecho em que trata da execução do *corregidor* de Arriaga – evento de suma importância para o início da Rebelião -, configurando Micaela como agente responsável da ação, junto a Tupac Amaru:

As would be the case throught the uprising, Micaela had an active role. One account mentioned that she ‘surpasses her husband in spirit and malevolence: she knew all about the execution of Arriaga and despite

the weakness of her sex, she carried out that unjust homicide, transporting bullets used by the guards in her shawl.” (WALKER, 2014, p.14)

Em outro ponto, Walker atribui à interpretação sobre Micaela Bastidas como uma simples colaboradora, a falta de informações sobre sua vida por conta da falta de fontes. Afirmação esta que pode ser questionada, se confrontarmos os debates da história das mulheres e história de gênero que trazem as visões historiográficas atreladas a um discurso padrão, baseado em uma cultura patriarcal (DÍEZ MARTÍN, 2007; SCOTT, 1992). De outra forma, Walker apresenta o uso de outras fontes que não somente textuais, as fontes orais. Ainda, para refutar a visão de colaboradora, Walker apresenta dois pontos importantes. O primeiro se refere ao acesso a fontes que revelam a vida e relação de Tupac Amaru e Micaela Bastidas antes da Rebelião. Ali, o autor diz que Micaela cuidava das funções que o marido exercia como tropeiro de mulas, na região de seu cacicado e até mesmo para a Argentina. Além de cuidar da parte administrativa da família:

Prior to the uprising, Bastidas was an active partner in Tupac Amaru's work as a Merchant-muleteer. She collected debts, hired field hands and muleskinners, planned the long journeys to northern Argentina, and represented José Gabriel in his frequent absences. As is common today in the Andes, the woman, Micaela, oversaw the family's finances.(...) (WALKER, 2014, p.19)

O segundo ponto está no fato do autor naturalizar a questão de gênero e, revelar a possibilidade de atuação que as mulheres tiveram, não estando reservada somente a Micaela. Isso se revela no trecho: *“Micaela's prominence in the uprising was not a shocking reversal of gender roles in the andes. Women participated activity in the cash economy, particularly in the of produce, livestock, and other goods in markets and fairs.”* (WALKER, 2014, p.38).

A obra *Un siglo de rebeliones anticoloniales: Perú y Bolivia, 1700 – 1783*, da historiadora Scarlett O'Phelan Godoy nos dá grandes aportes de uma reflexão contemporânea acerca das rebeliões, foi publicada em 2012. De forma diferente às bibliografias mais recentes sobre o tema, O'Phelan Godoy não cita, em nenhum momento a atuação feminina nas rebeliões de Cuzco e Alto Peru. Ao mesmo tempo que se mostra como uma obra de grande referência para pensar os fatores econômicos e a questão racial, a obra trata apenas dos personagens

masculinos. Até mesmo nos dados que apresenta, em diversas tabelas, todos são homens.

Suas principais referências bibliográficas são Boleslao Lewin e Alberto Flores Galindo: o primeiro, como vimos, traz uma interpretação importante sobre, principalmente, Micaela Bastidas. De um outro lado, Alberto Flores Galindo também não apresenta a preocupação com a representação da mulher. Seguindo a mesma linha, O'Phelan é, ao mesmo tempo, expoente de uma nova perspectiva da historiografia e, mantenedora de uma linha de apagamento da história das mulheres na América Colonial.

Aunque es evidente que la mujer siempre estuvo presente en el devenir histórico de los pueblos, esta situación no se ha reflejado en la producción historiográfica tradicional. Actualmente, la búsqueda de información para armar un modelo de historia de mujeres se realiza en las fuentes usualmente consultadas por los historiadores, las que son más abundantes de lo que se cree. Los datos aportados por la documentación del período colonial nos permiten sostener que, en estas sociedades, las mujeres participaban de un modo muy dinámico, aún dentro de los condicionamientos jerárquicos y políticos que imperaban en cada ámbito. (PODERTI, 1998)

4. MULHER INDÍGENA NA AMÉRICA COLONIAL: UMA POSSÍVEL ANÁLISE RELACIONAL ENTRE GÊNERO E RAÇA

Ao longo dos capítulos anteriores muitas questões puderam ser levantadas, contudo três pontos são facilmente destacáveis: para pensar o movimento rebelde que marcou as regiões de Cuzco e Alto Peru, no fim do século XVIII, é necessário entender o fator racial como destaque, assim como a necessidade do reconhecimento da atuação feminina na liderança como pertencente à uma realidade em que esta possibilidade estava posta; e, por fim, o fator da estratificação econômica.

Faz-se crucial, a partir de então, a centralidade do fator indígena nas figuras de Micaela Batidas, Bartolina Sisa, Tomasa Tito Condemayta, Gregoria Apasa e Cecilia Tupac Amaru, pois a ele estão associadas diversas questões, que, relacionadas ao fator mulher, revelam ainda mais a complexidade, e nos abrem outras possibilidades de análise. Como nos mostra Lavrin (1990) e Poderti (1998) essas mulheres pertenciam à um estrato social que estava à margem da sociedade: índias mestiças, suas realidades eram diferentes de mulheres brancas, por exemplo, que fossem pobres ou burguesas.

Isso porque a sociedade que se criou com a colonização espanhola, era marcada por uma estrutura social hierárquica, regida por preceitos europeus que permearam não somente a relações entre homem e mulher, mas também as divisões sociais a partir de uma visão sobre raças inferiores e superiores. Assim, na sociedade da América colonial pessoas brancas seriam representantes da raça superior, detentores dos poderes políticos e econômicos, enquanto indígenas e negros representariam a inferioridade e a submissão.

Sendo assim, pensar a questão indígena é uma forma de entender como se deram as relações sociais e pensar nos lugares de cada estrato social. Esta questão também nos aponta para questionar a aparente homogeneidade dentro de cada divisão social e, assim, considerar os fatores interseccionados que, na verdade, revelam a complexidade da sociedade, os abusos e opressões e as possibilidades de articulação, trocas e resistências. Em diálogo com isto, mas pensando agora nos discursos historiográficos produzidos que trazem a temática de alguma forma, Poderti nos atenta sobre como, ao tratar do índio como uma

categoria homogênea, que reduz toda a diversidade de etnias e diferenças, reafirmando um modelo de divisão que somente serviu para a proposição de evidenciar a superioridade europeia. Entender o índio como heterogêneo nos ajuda a pensar e “comprender que las identidades étnicas son el resultado de complejos procesos históricos entre colonizadores y colonizados”.

Com o pressuposto da heterogeneidade e da complexidade, usamos em nossa análise sobre a interpretação das figuras e atuações daquelas mulheres feita pelas fontes, a perspectiva da interseccionalidade de fatores formadores das personagens e, de forma mais ampla, da mulher indígena da América Colonial. Maria Lugones é, então, referencial base para a discussão interrelacional que propomos, pois a partir do conceito de Sistema de Gênero, analisa como raça e gênero se relacionam e implicam em visões mais profundas sobre o efeito da colonização e a sociedade estruturada a partir de então.

As proposições de Maria Lugones estão inseridas no debate sobre Colonialidade do poder, discutida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano de forma aprofundada. Este debate está inserido como um conceito muito importante no grupo *Modernidade/Colonialidade*, que trata da colonização das Américas como central na construção da modernidade e, assim, das composições sociais, econômicas, políticas e mais, dali derivadas.

A Colonialidade do Poder se trataria, então, de uma estrutura de dominação pertencente ao sistema mundo moderno que era estabelecido. Esta colonialidade estabeleceria nas relações entre colonizados e colonizadores um processo de *re-identificação histórica*, em que traria o conceito antes não conhecido nas Américas: raça. A ideia de Raça traria a formação de uma sociedade baseadas em novas identidades, como o índio, o negro e o branco. As relações aconteceriam a partir dessas identidades, que ainda estariam divididas pelo trabalho e pela superioridade ou inferioridade atrelada a cada uma delas. É, também, nesta conceituação que se baseia o trabalho aqui proposto.

À conceituação traçada por Quijano, Maria Lugones insere o gênero como mais uma divisão importante, somada a raça e ao trabalho. A colonialidade estabeleceria, então, a divisão entre homens e mulheres, pessoas brancas e de cor. Um Sistema de gênero que permeia todas as relações, em que o homem

branco representa a expressão superior e a mulher indígena aparece o lugar mais baixo, precário e oprimido desta hierarquia. Entre homens e mulheres indígenas, entre mulheres brancas e mulheres indígenas, estas últimas representam maior exploração social da sociedade colonial.

4. 1 A interseccionalidade dos fatores

Para localizar as personagens aqui estudadas na estrutura social da América Colonial no século XVIII, precisamos retomar como estava escalonada. De acordo com a bibliografia, pode-se entender que a divisão se dá por alguns eixos: colonizadores e colonizados, homens e mulheres, classe social. O eixo colonizador e colonizados é racializado, dividido em espanhóis e criollos para o primeiro e, índios, mestiços e negros, para o segundo. Boleslao Lewin (1957) descreve item por item desta escala la de Castas:

“El Dr. Ángel Rosenblat, en su erudito estudio sobre la población indígena de América, enumera las siguientes seis castas principales: 1) los blancos españoles, entre los cuales se distinguían los españoles europeos, llamados en México vulgarmente gachupines, y en el Perú, chapetones, y los españoles americanos, llamados también simplemente de americanos o criollos; 2) los indios; 3) los mestizos, mezcla de indios y blancos; 4) los negros, que podían ser libres o esclavos; 5) los mulatos, descendientes de negro y blanco, que también podían ser libres o esclavos, 6) los zambos o zambaigos, descendientes de negro e indio. (LEWIN, 1957, p.314/315)

Esta divisão propõe que, a cada relação entre uma posição superior e outra inferior, surgia uma nova casta mais baixa, mais à margem. E, a cada uma destas castas incidia o fator de gênero e classe.

Segundo Poderti (1998), a Coroa impunha um modelo de manipulação do gênero e da etnicidade para manter as posições de poder e dominação, criando uma sociedade sem grandes possibilidades de mobilidade social, mas que tem no século XVIII, algumas respostas aos caminhos que foram traçados na construção da colonização, e no qual se vê uma multiplicidade de estratos sociais e a grande mestiçagem em uma dinâmica complexa de trocas e convivências (LAVRIN, 1990). Neste cenário, Micaela Bastidas, Bartolina Sisa, Tomata Tito, Gregoria Apasa e Cecília Tupac Amaru estavam na complexidade de serem índias e mestiças. Sobre a origem de Micaela, Walker (2019) levanta a possibilidade de ser mestiça, descendente de índios, brancos e negros. Enquanto que Tomasa tem sua ascendência facilmente como indígena. Nesta

teia da sociedade colonial, estas mulheres ocupavam lugares diferentes, dentro de dois eixos iguais: mulheres colonizadas.

Após a derrota do movimento rebelde em 1783, as determinações e ações implicadas pelo Estado evidenciam a sua incapacidade de estabelecer o controle sobre o alcance de seu modelo. Antes disso, a própria existência do movimento como o foi, revela a dificuldade de leitura desta complexa dinâmica, que tinha justamente o elemento que só foi lido com a sentença final: o elemento simbólico.

“Las fuerzas históricas que silenciosamente habían contribuido a confundir las jerarquias colonials, a borrar los signos de subalternidad, debían ser extirpadas de raíz. Como es sabido, en la zona de Cuzco se abolieron los cacicazgos hereditarios, las pinturas de los Incas fueron retiradas de la vista pública y se prohibió el uso de las antiguas vestimentas andinas.” (SERULNIKOV, 2008, p.440)

Com a proposta de uma reforma profunda na administração colonial, tentando apagar todos os símbolos que pudessem configurar as identidades indígenas, que lhes pudesse conferir qualquer esfera de poder, a Coroa assumia a existência de um “espaço vazio” em sua estrutura, que pôde representar possibilidade de uma outra forma de organização e poder, encaneçada pelos indígenas. O movimento rebelde majoritariamente indígena, usou da própria estrutura de poder colonial para erguer um programa que contesta o modelo homegeniezante, anticolonial.

A referência da herança incaica, tanto na organização, quanto no campo simbólico dos signos materiais e imateriais que compunham aquela identidades, não significou exatamente a ideia de retomada do antigo império Inca – como afirmam Gerab e Rezende -, a volta ao passado. Significou mais a existência do passado no presente, que, de forma reelaborada, foi ferramenta para a contestação da ordem colonial, que vinha sendo imposta há dois séculos: “El punto es que los indigenas subvertieron el orden establecido cualquiera fuera la naturaleza de sus objetivos y aun el grado de violencia de sus actos.” (SERULNIKOV, 2008, p. 434). A subversão da ordem colonial afetou todos os eixos base da estratificação da sociedade colonial, o lugar dos colonizados, as identidades de gênero, as relações de classe e as divisões raciais.

Como tratamos no primeiro capítulo, a população indígena estava marcada pela divisão entre uma nobreza e os camponeses, trabalhadores da

terra, dos obrajes, mitayos. Na escala racial e de classe, os nobres eram os que tinham direito ao poder como herança, adquirido pelo sangue de ascendência nobre incaica. Estes nobres puderam ser mestiços, contanto que a ascendência ficasse mais em evidência. No caso de José Gabriel Tupac Amaru, por exemplo, sua ligação sanguínea com o último Inca, poderia ser mais forte do que o fato de ter possíveis descendência espanhola. Cotidianamente, as estruturas de divisão parecem ser mais complexas, pois as relações entre os grupos pareciam acontecer, mesmo assim. O casamento entre Micaela Bastidas e Tupac Amaru, uma mulher que tem sua origem remontada como mestiça, que estaria em um lugar social muito diferente de seu marido, de sangue nobre, o mais alto grau da população indígena. Esta relação existiu, ainda que possa ter sido contestada.

Sara Beatriz Guardia, cita um episódio entre Micaela Bastidas e Tomasa Tito Condemayta, quando a última teria sido uma das únicas lideranças que se opuseram às ordens de Micaela Bastidas, afirmando somente obedecer a Tupac Amaru (2002). Tal postura pode representar uma tensão hierárquica, já que Tomasa era cacica de descendência nobre inca e sua recusa pode ter sido um lembrete da origem pobre e mestiça de Micaela. Nesse sentido, uma identidade de gênero sobreposta por outras formas identitárias, o que torna o contexto especialmente interessante e pertinente para debater estes cruzamentos de identidades e discursos que envolvem a presença da mulher na sociedade colonial. Diante do modelo colonial, as mulheres indígenas estavam em posição inferior aos homens e mulheres brancas e, aos homens indígenas. Na prática, de modo geral às populações indígenas, o modelo patriarcal não definiu totalmente as funções e o lugar da mulher, mas, que suas possibilidades poderiam estar vinculadas aos seus maridos (LAVRIN, 1990).

Neste contexto, para as mulheres indígenas as rebeliões puderam significar uma mudança no que se refere ao protagonismo de sua atuação na sociedade:

En los grupos femeninos también se opera un cambio que tiende a la recuperación de los roles protagónicos ancestrales. Así, la actuación de las mujeres durante la sublevación de Túpac Amaru es un elemento indicativo de la transgresión social que se opera en tiempos de revuelta. Antes de la conquista española, las reinas incas encabezaban una red política que conectaba a las mujeres de todo el imperio, más la Corona impidió a las nativas nobles el ocupar cargos en las estructuras de gobierno colonial establecidas para los descendientes

de la elite incaica (Cfr. Silverblatt, 1990: 90). Aún así, el recuerdo del rol femenino en la sociedad andina antes de la invasión extranjera perduró entre las mujeres de la clase alta de la casta vencida. (PODERTI, 1998, p. 16)

Por este caminho, as afirmações de Poderti nos ajudam a entender os lugares de liderança que tiveram Micaela, Bartolina, Tomasa, Cecília e Gregoria como pertencentes, parte fundamental do que o movimento rebelde subverteu. Também fazia parte do imaginário incaico a atuação feminina, por elas também se fazia a resistência cultural. Como afirma Poderti, a identificação com o passado foi peça chave na percepção de uma identidade comum,

A partir deste ponto, podemos nos voltar às representações da bibliografia analisada sobre essas mulheres. Uma vez levadas em conta as afirmações acima, a ideia de excepcionalidade trazida por diversos autores, pode ser contestada. Se as mulheres também eram detentoras dos signos e da memória incaica, sua atuação era mais uma consequência da relação identitária que estabelecia com o movimento, a relação de sujeito histórico consciente e, não como acidente de sua inata bravura ou lealdade, por sua identidade de gênero e racial.

As interpretações historiográficas sobre a atuação destas mulheres têm, portanto, que ver com o entendimento que os próprios autores têm sobre identidade de gênero e ideia de raça. No livro *Sangre Andina: Diez Mujeres cuzqueñas*, Jorge Cornejo Bouroncle, sua representação sobre as mulheres que elege como heroínas peruanas, está carregada da ideia de excepcionalidade que se vincula ao imaginário incaico, mas que atribui às mulheres uma interpretação que poderia ser inerente ao seu modo de entender a mulher e o índio.

Pertencente ao que podemos identificar como linha indigenista (MALERBA, 2009), articula sua argumentação em torno da figura indígena pura, o peruano legítimo. Destaca sua posição contrária a mestiçagem, uma vez que a encara como uma forma de ampliação do poder espanhol, sobre os verdadeiros donos da terra. Esta ideia permeia a interpretação do autor sobre as referências ao mundo incaico. Os Andes seriam a alma da pátria, que construiria a identidade nacional sobre a atuação de heroínas e mártires.

“No hay duda alguna que ciertas almas, en determinados momentos de la historia, son la representación genuina y noble de los dolores, de las aspiraciones y de las esperanzas de una raza o de un pueblo. Nacen predestinadas a un rol misterioso e irrefrenable; todo se encamina a la plenitud de su destino: tienes que ser, cumplir providencialmente su mandato o no ser nada, truncar su destino, contradecir el sentido indescifrable del tiempo.” (BOURONCLE, 1949, p. 29)

Para o autor, Micaela figurava a Coya e Tupac Amaru o grande Caudillo. Juntos eram a representação da pátria e da Liberdade. Ao tratar de Micaela, Tomasa e Cecília, Bouroncle, traça um paralelo com a nobreza incaica, que atribui características como doçura, delicadeza, amor e lealdade como partes do que as Coyas e princesas incaicas deveriam ser. As Coyas, como nos mostra o estudo de Susane Rodrigues e Irene Silverblatt, lideranças ao lado dos Incas, estiveram ligadas à outras interpretações sobre gênero, de certa forma durante o Império Inca e, de outra, durante o período colonial, que muito diferiam da figura doce e frágil apontada em alguns casos.

Na década de 1980, Eugenia Dell Valle Siles, nos serve como mais um exemplo sobre o olhar da historiografia sobre a mulher indígena. Ao contextualizar o período, Siles afirma que o fenômeno da ausência de registros de atuação de mulheres espanholas (brancas) nas rebeliões em questão, o contrário pode ser vista na atuação de mulheres indígenas. Neste sentido, afirma a não excepcionalidade da atuação dessas mulheres e define o recorte racial das rebeliões.

“(…) las mujeres indígenas, tradicionalmente austeras y tranquilas em matéria sentimental, se transforman en aquellos momentos tensos em que todo se trastorna por la guerra y la inestabilidad, em ardorosas amantes que despiertan apasionados amores entre los caudillos, mientras rivalizan y pelean entre ellas por celos, envidias y resquemores.” (SILES, 2008, p. 12)

Pertencente há outro momento da historiografia, Siles, ainda assim, afirma visões estereotipadas sobre a mulher indígena, como se existisse um padrão de personalidade que as diferenciava de outras mulheres (as brancas espanholas?). Com o trecho é possível entender que as rebeliões trouxeram impactos significativos e transformação e que as mulheres indígenas foram parte atuante disso. Contudo, ainda em um lugar definido por padrões comportamentais vinculados a um discurso de gênero fixo e colonizador.

5. CONCLUSÃO

Ainda que apresente um desenho e início de pesquisa, por meio da análise feita aqui é possível identificar como a visão e representação sobre as mulheres indígenas na América Colonial do século XVIII esteve diretamente relacionada com os debates historiográficos em seus diferentes tempos. A tomada da bibliografia sobre as Rebeliões de Cuzco e Alto Peru como fonte mostrou como um discurso padrão, baseado em relações patriarcais e generalizações sociais, pôde perpassar a historiografia, em diferentes momentos e, por um outro lado, como este mesmo discurso pode ser contestado, questionado, fazendo valer outras perspectivas, modelos que fogem da estrutura colonizadora e ocidentalizante. Nos mostrou como a escrita da História se dá a partir do olhar e dos questionamentos postos pelo historiador ou historiadora em seu presente e a relação que estabelece com o passado.

Um período que por muitas vezes a justificativa dos apagamentos se daria pela falta de informação – como se vê afirmado em grande parte da historiografia trazida aqui, para justificar a ausência das mulheres – os detalhes já podem ser indicativos para um novo tratamento das fontes. Como escreve Boleslao Lewin: “En el proceso contra Micaela Bastidas, el fiscal estampa en su dictamen las siguientes palabras: ‘que así mismo sea extinguida toda su descendencia hasta el cuarto grado.’ (1957, p.729), este pequeno detalhe já pode servir de contestação a falta de informação. Não seria uma concreta evidência da atuação e importante representação identitária da figura de Micaela Bastidas, em seu julgamento estar determinada a morte de sua descendência, até o último grau. Para evitar a perpetuação do que?

Alberto Flores Galindo afirma que o processo de colonização com uma população heterogênea produziu um “subterrâneo” e eficaz racismo, em que diferentes tradições não puderam conviver, sem intenso conflitos. Este racismo estruturante da colonização, também o é nas sociedades que dali surgem. Durante a escrita do livro *En busca de un Inca*, entre as décadas de 70 e 80, Galindo lida com a problemática da construção do nacional peruano que, à sua análise, via o racismo um dos aspectos mais destacados de sua atualidade.

Um dos questionamentos de Maria Eugênia dell Valle Siles, discorre pelo questionamento da dualidade racial: “El problema de la dualidad racial, que podia haberse diluído em una pacífica convivência si realmente se hubiera practicado el humanismo Cristiano sugerido por el padre Las Casas (...)” (2008, p.7). Por sua perspectiva, o problema seria facilmente se os ideais cristãos fossem aplicados. O que vimos demonstra que esta simples solução não daria conta de uma sociedade tão complexa.

Complexidade esta que foi retomada em diferentes momentos históricos a fim de encontrar respostas para o presente que se estabelecia. Em *Poder, Raza y Etnía en el Perú* do historiador Fernando Fuenzalida, abre uma discussão sobre as políticas sociais e as visões sobre a questão indígena no país, reconstruindo uma cronologia que chegasse ao tempo presente de sua fala. No texto o autor evidencia a necessidade à época de definir o que é ser indígena no Peru, pois as políticas não estavam dando conta de resolver as questões dali provenientes. Demonstra o que pode se chamar de crise indenitária, em que indígenas não se viam como tais diante de um processo de urbanização que se intensificava.

Aníbal Quijano com *Estado-nación y movimientos indígenas en la región Andina: cuestiones abiertas* também nos traz um estudo que mostra que, a partir da década de 1950 o país passou por um processo de *cholíficção*, que seguiu por largos anos homogenizando e apagando a diversidade étnica das populações indígenas.

No tocante aos debates atuais sobre os discursos e identidade de gênero a perspectiva da colonialidade como um sistema de dominação, permanece para reconhecer e entender os processos de luta e resistência que aconteceram ao longo da história. No tempo presente, o ponto de onde partimos para as análises aqui iniciadas, o olhar que se estabelece busca estas possibilidades de resistência, observando a complexidade, tratando de não unificar. Para o ponto em que estamos, o contexto atual das regiões em que as rebeliões indígenas de 1780-1783, também pode ser fonte para análise das representações deste passado.

Em 10 de novembro de 2019, o reeleito presidente da Bolívia, Evo Morales deixa o poder, forçadamente por um processo de Golpe de Estado. Os fatos ainda são recentes e estão a cargo de análises futuras. Todavia, uma declaração, dada no dia 15 de novembro por Evo Morales:

“Como hoy, 1781, fue ejecutado por ek yugo español el Hermano Tupac Katari. Después de ser traicionado por luchar por la liberación de nuestro Pueblo, fue apresado y sentenciado a morir descuartizado. Ahora, los golpistas mascaran a indígenas y gente humilde por pedir democracia.” (AYMA, 2019)

Ao ser deposto, o presidente que foi eleito que se identifica como indígena e eleito como representante desta população, invoca a memória das rebeliões e traça um paralelo com seu contexto. Um uso do passado que acontece e, pode ser contestado.

Ao mesmo tempo, em resposta a entrevista de antropóloga Rita Segato – publicada em 19 de novembro de 2019 – em que destaca a face machista da gestão de Evo Morales, apresentando recusa no uso ao termo Golpe de Estado, mulheres que se definem como “Las warmis, zomo, mujeres del Sur, mujeres de los territorios ancestrales”, “Jallala-Marichiwew procesos De Plurinacionalizacion en Latinoamerica”, argumentam sobre os pontos:

“Cuando dice “Deberíamos comenzar a generar una retórica de valor a otra forma de valor que se distingue mucho a la gestión de los caciques.” Suena muy bonito. Preguntamos: ¿Le ha pasado en el cuerpo esa gestión de los caciques? Nosotras hemos visto, hemos sentido el sabor amargo de esa secuela de la conquista. Nuestros hombres han tomado lo peor del machismo colonial. Hemos construido no sólo retóricas, sino resistencias, re-existencias a la dominación machista en las naciones preexistentes y en cada uno de los espacios que el despojo nos colocó. Pero ubicar a Evo como el símbolo del patriarcado es demasiado chabacán.” (JALLALA- MARICHIWEW, 2019)

Argumentam, então sobre os símbolos trazidos por Segato e evidenciam a disputa presente na construção dos discursos sobre o passado colonial e os resquícios na sociedade atual.

Não se trata aqui de fazer uma análise imediata dos fatos mais recentes, mas, sim, de entender como as narrativas e as representações são construídas e, estão em constante disputa. Este trabalho se configura, então, como uma tentativa preliminar de mapeamento de uma historiografia e análise das representações que construíram.

6. REFERÊNCIAS

Antología de la Independencia del Perú. Lima: Publicaciones de la Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú, 1972.

ASTETE, Francisco Hernandez. "La coya en la organización del Tahuantinsuyo". In: ANDREO, Juan & GUARDIA, Sara (orgs.). História de las mujeres en America Latina. Perú: CEMHAL; Murcia: Departamento de Historia Moderna, Contemporánea y de América - Universidad de Murcia, 2002.

BOURONCLE, Jorge Cornejo. Sangre Andina: Diez Mujeres cuzqueñas. Cusco: 1949.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pósmodernismo". Cadernos Pagu, n. 11, 1998.

CAHILL, David Violencia, represión y rebelión en el sur andino: la sublevación de Túpac Amaru y sus consecuencias. Lima: IEP, 1999. (Documento de Trabajo, 105. Serie Historia, 17)

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). Cadernos Pagu (4) – fazendo história das mulheres, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

DÍEZ MARTÍN, Maria Teresa. "Perspectivas historiográficas: mujeres índias em la sociedade colonial hispano-americana". In: Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna, t. 17, 2004, págs. 215-253.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003, v.1.

FUENZALIDA, Fernando. Poder, Raza y Etnia en el Perú contemporáneo In: Antología del pensamiento crítico peruano contemporáneo Maruja Barrig [et al.]; coord. Martín Tanaka. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2016.

GALINDO, Alberto Flores. La nación como utopía: Tupac Amaru 1780. Revista Debates en sociología, Lima, n.1, 1977.

GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: identidad y utopia en los Andes. Lima: Casa de las Américas, 1986.

GARCÍA, César Augusto Vásquez. Perspectiva de género y modelos historiográficos sobre la mujer en el período colonial en la América hispana y portuguesa. In: Revista Polemikós v.4 fasc.N/A. Colômbia: Fundación Universitaria Los Libertadores, 2010, p. 1 – 112.

GARCIA, Elisa Frühalf. “Os índios e as reformas bourbônicas: entre o despotismo e o consenso”. In: AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronadl (orgs.) História das Américas, novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GERAB, Kátia e RESENDE, Maria Angelica. A Rebelião de Tupac Amaru: luta e resistência no Peru do século XVIII. 3a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GUARDIA, Sara Beatriz. “Exclusión y género em los processos de Independencia de America Latina”. In: Linguagens e narrativas. Susana Bornêo Funk, Luzinete Simões 25Minella, Gláucia de Oliveira (orgs.). Tubarão: Editora Copiart, 2014. (Desafios feministas,1).

GUARDIA, Sara Beatriz. Mujeres peruanas: el outro lado de la historia. 5a ed. Lima: CEMHAL, 2002.

JALLALA- MARICHIWEW. Mujeres indígenas responden a Rita Segato. *Matria*, 20, nov, 2019. Disponível em: <https://quevivalamatria.com/2019/11/20/mujeres-indigenas-responden-a-rita-segato/?fbclid=IwAR1w4Cx3JZKOy16VqQB9aCd6HIWjTdePpy2yFjD9bQD5VEfYnECuqbBf3ek>.

LAVRIN, Asunción. “La mujer en la sociedad hispano-americana”. In: Historia de América Latina: 4. América Latina colonial: población, sociedad y cultura. Leslie bethell (org.), trad Antonio Acosta. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LEWIN, Boleslao. La Rebelión de Tupac Amaru y los orígenes de la emancipación Americana. Buenos Aires: Librería Hachette, 1957.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, Bogotá, n.9, p.73-101, julio- diciembre, 2008.

LUGONES, Maria. Rumor a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, n.22(3), p.935-952, setembro-dezembro,2014.

LUNA, Cladia. Tensões interculturais e lutas anticoloniais na sociedade andina: autodiscurso e representação de Micaela Bastidas. São Paulo: PUC Projeto História, n.57, p 37-59, SetDesz 2016.

MARTÍNEZ, Teodoro Hampe. "Imagen y rol de las mujeres en la cultura virreinal". In: historia de las mujeres em America Latina. Juan Andreo e Sara Beatriz Guardia(org.) Perú: CEMHAL; Murcia: Departamento de Historia Moderna, Contemporánea y de América Universidad de Murcia, 2002.

MALERBA, Jurandir. A História da América Latina: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. Un siglo de rebeliones anticoloniales: Perú y Bolívia, 1700 -1783. Lima: IEP, 2012.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. La gran rebelión en los Andes. De Túpac Amaru a Túpac Catari. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1995. p. 237. (Archivos de Historia Andina, 20).

PERROT, Michelle. Os excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH, Unicamp, 2002.

PODERTI, Alicia. "Mujeres en rebelión: estrategias de resistência feminina en la sublevación de Tupac Amaru." In: América Latina: Y las mujeres qué? Suécia: Red Haina, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Estado-nación y movimientos indígenas en la región Andina: cuestiones abiertas. OSAL, Buenos Aires, n. 19, janeiro/abril, 2006.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Por uma história do possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia. Jundiaí: Paco editorial, 2012.

ROMERO, Esperanza Mó; GARCÍA, Margarita E. Rodríguez. Las mujeres andinas y el mundo hispánico: descomposición de una sociedad y ritos de supervivência. Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, n. 11, p. 147-158, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E - cadernos CES, n.18, p.106-131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. "Rita Segato, durísima con Evo Morales: dijo que "no fue víctima de un golpe" y recordó su machismo y autoritarismo". *INFOBAE*, 19, NOV, 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/11/20/rita-segato-durisima-con-evo-morales-dijo-que-no-fue-victima-de-un-golpe-y-recordo-su-machismo-y-autoritarismo/>

SERULNIKIKOV, Sergio. Conflictos sociales e insurrección en el mundo colonial andino: el norte de Potosí en el Siglo XVIII. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.p472.

SILES, María Eugenia del Valle de. Bartolina Sisa y Gregoria Apaza. Cochabanba: Editorial Kipus, 2013, v.5 (colección de biografías breves).

SILVERBLATT, Irene. Luna, Sol y Brujas – Gênero y clases en los Andes prehispánicos y coloniales. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In:AGUIAR, Neuma (Org.). Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das

mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, v. 27 n. 54, p. 281-

300, 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu, Campinas, n. 3, p. 29-62.

VALCARCEL, Carlos Daniel. La Rebelión de Tupac Amaru. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 1947.

VALCARCEL, Carlos Daniel. Túpac Amaru, el precursor de la Independencia. Lima: Organización de los Estados Americanos; Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Dirección universitaria de biblioteca y publicaciones, 1977.

WALKER, Charlie. The Tupac Amaru Rebellion. Harvard University Press, 2014.

Fontes digitais:

AYMA, Evo Morales. Como hoy, 1781, fue ejecutado por el yugo español el Hermano Tupac Katari. Después de ser traicionado por luchar por la liberación de nuestro Pueblo, fue apresado y sentenciado a morir descuartizado. Ahora, los golpistas mascaran a indígenas y gente humilde por pedir democracia. 15, nov, 2019. @evoespueblo.

